



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM TURISMO**

MARINA RÊGO VELOZO

**PATRIMÔNIO TURÍSTICO:
A ótica do PPCUB e seu significado para a sociedade brasileira**

Brasília / DF

2021



**PATRIMÔNIO TURÍSTICO:
A ótica do PPCUB e seu significado para a sociedade brasiliense**

Marina Rêgo Velozo

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa
Coorientador: Prof. Dr. Vitor João Ramos Alves

Brasília / DF

2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM TURISMO

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília – UnB, como parte das exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

PATRIMÔNIO TURÍSTICO: A ótica do PPCUB e seu significado para a sociedade brasileira.

Marina Rêgo Velozo

Brasília-DF, 03 de novembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Avaliado por:

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (Orientador, GEA/CET, UnB)

Prof. Dr. Vitor João Ramos Alves (Co-orientador, GECIPA/Cet, UnB)

Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena (Avaliador, CET/UnB)

Prof. Dr. Ivan Ignácio Pimentel (Avaliador, GEO/UFSJ)

Prof. Mtro. José Alberto Garibay Gómez (Avaliador, Colégio de México/ColMex)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me capacitar e mostrar que nunca estarei sozinha em nenhum caminho em minha vida. Este trabalho também é dedicado aos meus amados pais Mário e Mônica, que nunca me deixaram desistir e sempre colocaram os meus sonhos à frente dos deles, sem eles nada disso seria sequer possível. Dedico também aos meus irmãos, sobrinhos e primos, em especial ao Mário Vitor, que sempre foi a minha rocha e meu amparo nesta caminhada.

Aos meus queridos tias e tios Adriana, Bianca, Rodrigo, João Olívio e Leonardo que influenciaram e contribuíram de forma direta ou indireta inúmeras vezes para que eu tivesse uma educação de qualidade e apoio durante a minha caminhada. Aos meus padrinhos, Cristina e João Stenzel que investiram dinheiro e amor na minha educação, espero ser um bom fruto.

Ao meu orientador Prof. Dr. Everaldo Batista, que me apoiou desde o início e sempre esteve presente para me ajudar a dar o próximo passo e a confiar que estava no caminho certo. Agradeço pela paciência e pela compreensão em meus momentos de dificuldade e por sempre me orientar da melhor forma possível. E ao Prof. Dr. Vitor João Ramos que na fase final foi um apoio extremamente importante.

As amigadas que adquiri durante todos esses anos de curso, que tornaram os dias mais leves e os trabalhos mais divertidos, desde o início com Luis, Ingrid, Greyce, Rafaela, Vinicius, Arthur e William até as amigas que me aproximei na reta final que simbolizam o melhor momento da minha graduação, Bianca e Clara.

Aos meus amigos mais antigos e mais próximos que tornaram a minha jornada mais leve e amorosa, que aguentaram os meus surtos e ausências e mesmo assim sempre estiveram lá para me amparar. Renata, Matheus, Danilo, Mariana, Lucas e Anna Beatriz, essa é para vocês.

Agradeço também ao meu namorado Isaac Rodrigues, por trilhar parte deste caminho comigo sempre sendo abrigo e amparo. Primeiramente, por zelar pela

minha saúde mental e por abdicar de suas obrigações e desejos para que eu pudesse enfim realizar este grande sonho que é a minha graduação.

Para finalizar, agradeço aos meus avós Erondina, Maria do Nazaré, Alonso e Gutemberg (in memoriam) por tanto amor ao longo da nossa história e por sempre me fazerem acreditar que eu posso mais.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo entender e analisar, à luz do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), a proposta do governo para o desenvolvimento do turismo cultural e a sua narrativa de identidade de Brasília. Brasília, capital do Brasil, foi tombada e então considerada patrimônio cultural da humanidade, por ser um ícone do design modernista idealizada pelo arquiteto Lúcio Costa, composta por monumentos projetados por Oscar Niemeyer. Esta pesquisa tem o caráter qualitativo e visa alcançar o objetivo indicado, formasse abdicar de uma análise subjetiva-interpretativa. A pesquisa documental e bibliográfica foi o caminho metodológico adotado, por se tratar de um estudo teórico de um fenômeno, utilizando-se de fonte bibliográfica e questionários semiestruturados. O que se questiona nesta pesquisa é a influência do patrimônio cultural e urbanístico na construção da identidade e memória do brasileiro na vivência do dia a dia, sendo o turismo uma ferramenta que pode fortalecer esses vínculos, e fazer com que a população se aproprie disso. Na análise, foi utilizada a estrutura da triangulação, considerando os sujeitos brasileiros e o fenômeno turismo, a fim de identificar os incentivos gerados pelo Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) sobre o turismo cultural.

Palavras-Chaves: Identidade; memória; Brasília; turismo cultural; PPCUB.

ABSTRACT

This study aims to understand and analyze, in the light of the Preservation Plan for the Urban Development of Brasília (PPCUB), the government's proposal for the development of cultural tourism and its narrative of Brasília's identity. Brasília, the capital of Brazil, was listed as a cultural heritage site for humanity, as it is an icon of modernist design conceived by architect Lúcio Costa, comprising monuments designed by Oscar Niemeyer. This research has a qualitative character and aims to achieve the stated objective, without giving up a subjective-interpretative analysis. Documentary and bibliographic research was the methodological path adopted, as it is a theoretical study of a phenomenon, using a bibliographic source and semi-structured questionnaires. What is questioned in this research is the influence of cultural and urban heritage in the construction of identity and memory of the brasiliense in their daily lives, with tourism being a tool that can strengthen these bonds, and make the population take ownership of it. In the analysis, the structure of triangulation was used, considering the subjects of Brasilia and the tourism phenomenon, in order to identify the incentives generated by the Preservation Plan for the Urban Development of Brasília (PPCUB) on cultural tourism.

Keywords : Identity; memory; Brasilia; cultural tourism; PPCUB.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Esplanada dos Ministérios, Brasília.....	20
Figura 2- Projeto vencedor do concurso para o Plano Piloto de Brasília	22
Figura 3- A catedral no centro político-administrativo e o pipoqueiro.....	23
Figura 4- Congresso Nacional, monumento simbolista de Brasília.....	28
Figura 5- Trabalhadores(as) na construção da Esplanada dos Ministérios, Brasília.....	34
Figura 6- Interior de uma Superquadra, na Asa Sul do Plano Piloto de Brasília.....	43
Figura 7- área de abrangência do PPCUB, poligonal da Zona Urbana.....	45
Figura 8- Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante, centro comercial que atuava durante a construção da nova cidade.....	48
Figura 9- Lago Paranoá (artificial, que inundou Vilas de operários da construção da capital (ver essa discussão em Costa e Peluso, 2013).....	50
Figura 10- O céu de Brasília visto da UnB ao pôr do sol (há todo um discurso sobre a beleza cênica do céu da capital).....	51
Figura 11- Catedral Militar Rainha da Paz, no Eixo Monumental do Plano Piloto....	56

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna)

CLDF - Cmara Legislativa do Distrito Federal

EUA - Estados Unidos da Amrica

GDF - Governo do Distrito Federal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JK - Juscelino Kubitschek

LUOS - Lei de Uso do Solo

ONU - Organizao das Naes Unidas

PDOT - Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal

PPCUB - Plano de Preservao do Conjunto Urbanístico de Brasília

RA - Regio Administrativa

Sedhab/Segeth - Secretaria de Habitao, Regularizao e Desenvolvimento Urbano

UnB- Universidade de Brasília

UNESCO - Organizao das Naes Unidas para a Educao, Cincia e a Cultura

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	9
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – SOBRE A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA E SUA PATRIMONIALIZAÇÃO	15
1.1 – A HISTÓRIA DE BRASÍLIA: ALGUMAS NOTAS	15
1.2 - BRASÍLIA COMO PATRIMÔNIO IDENTITÁRIO NACIONAL E MUNDIAL	20
CAPÍTULO 2 – DESÍGNIOS DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL	30
2.1 – VALORAR A IDENTIDADE E MEMÓRIA LOCAIS COMO CAMINHO PARA A PRESERVAÇÃO	30
2.2 – PATRIMÔNIO CULTURAL: SIGNO DE IDENTIDADE NACIONAL E IDEAL DA "PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL".	36
2.3 – TURISMO CULTURAL: OBJETO DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO	39
CAPÍTULO 3 – PPCUB E TURISMO CULTURAL	44
3.1- O PPCUB: CARACTERÍSTICAS E PROPOSTAS	44
3.2- PPCUB E A SUA INFLUÊNCIA NO TURISMO CULTURAL DE BRASÍLIA	48
3.3- IMPACTOS DO PPCUB NO TERRITÓRIO	52
3.4- ANÁLISE E METODOLOGIA: A POPULAÇÃO E A SUA PERCEPÇÃO DO TURISMO E O PATRIMÔNIO ENQUANTO IDENTIDADE E MEMÓRIA	58
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	72
FONTES DOCUMENTAIS	78
APÊNDICE A	79

INTRODUÇÃO

Brasília, capital do Brasil, centro político-administrativo da nação e patrimônio tombado da humanidade, além de ser um ícone no design modernista, abriga os três poderes supremos da união, a saber, o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Por ter grande representatividade oficial, subentende-se que a população possa ter um sentimento de pertencimento vinculado à grande parte dos monumentos e patrimônios culturais que há na cidade. Porém, a falta de incentivo governamental para um contato da população com esses espaços pode ocasionar um distanciamento do sentimento de pertencimento da população com determinados espaços da cidade, que simbolizam e a identificam para com o resto do mundo.

Uma das questões primordiais que poderiam sanar ou amenizar tal lacuna é o incentivo ao turismo cultural, que pode ser tanto interno quanto externo à população brasiliense. É importante também que haja um diálogo ou espaços com a gestão governamental. Assim, a cidade além de preservar o seu patrimônio histórico-cultural pode gerar um engajamento populacional maior. Nesta pauta, entra em questão a função do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). Durante o processo de elaboração e implementação do PPCUB é importante que seja considerada a identidade e memória da sociedade brasiliense. Desta forma, o enraizamento da identidade e memória populacional se atrela ao patrimônio e sentimento de pertencimento aos espaços da cidade.

A presente pesquisa tem como **objetivo geral** analisar, à luz do PPCUB, a proposta do governo para o desenvolvimento do turismo cultural e a sua narrativa de identidade de Brasília. Para se alcançar o objetivo geral, foram elaborados **três objetivos específicos**:

1. Discutir sobre a construção identitária de Brasília a partir do patrimônio cultural turístico.
2. Identificar a atuação do governo sobre a execução do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília e suas consequências.
3. Analisar a percepção do morador para com o patrimônio cultural turístico de Brasília. Sendo a principal intenção pontuar quais patrimônios tiveram maiores influências na formação da sua identidade.

Considerando que a pesquisa objetiva analisar a percepção dos moradores para com o patrimônio cultural turístico de Brasília, este estudo monográfico se aproxima tentou de pontos importantes para a preservação do patrimônio cultural de Brasília, entendendo como este patrimônio influencia no turismo cultural e na formação da memória e identidade da população brasiliense.

Metodologicamente, ao considerar a influência miscigenada promovida pela diversidade cultural que aqui se encontra, temos uma pesquisa de cunho objetivo-subjetivo e por esse motivo usaremos uma abordagem qualitativa. As informações foram obtidas a partir da segunda fase da pesquisa, pela realização do questionário com a população moradora e nascida neste território de análise (ver APÊNDICE A).

O questionário semiestruturado foi realizado com agentes diretamente envolvidos com o dia a dia da cidade, os que nasceram ou que migraram para Brasília e hoje vivem na cidade cotidianamente e podem informar/esclarecer como essa representatividade se espelha. Os sujeitos escolhidos precisavam ter experiências na cidade e o conhecimento sobre o idealizador do Plano Piloto, os responsáveis pela implantação do PPCUB e os diversos agentes envolvidos (coordenador, funcionários engajados no programa e empresários – essa escolha se justifica pelo caráter técnico e de implantação do dito instrumento). Pretendeu-se elaborar uma abordagem representativa, sistêmica e crítica do Programa, à luz dos conceitos de identidade e memória. O entendimento desta fase permitirá a comprovação das escolhas das variáveis para se realizar o estudo, revendo as hipóteses formuladas.

Logo, as diferentes etapas desta pesquisa foram realizadas em 3 fases: (1) pesquisa documental e bibliográfica; (2) aplicação de questionários com a população brasiliense (moradores e nascidos em Brasília); (3) análise e avaliação dos resultados obtidos no processo de aplicação dos questionários.

Na pesquisa documental e bibliográfica, foram levantados e analisados documentos relacionados ao uso do espaço e o tombamento, formas de gestão e desenvolvimento a partir do turismo. O objetivo desta fase era conceituar, conhecer e aproximar as definições de memória e identidade com o PPCUB. O foco está no levantamento de informações para o entendimento do que é o Plano de Preservação

do Conjunto Urbanístico de Brasília, qual sua finalidade, procedimentos, método de implantação e sua evolução. Os documentos e arquivos utilizados para tal análise abordam informações obtidas em entidades como: arquivos públicos, Ministério do Turismo, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH, Proposta de Minuta PLC PPCUB, biblioteca digital da Universidade de Brasília e demais revistas renomadas na área do turismo. Esta fase subsidiou a elaboração do referencial teórico e conceitual que deu suporte à investigação, para que assim fosse possível montar a metodologia que permitiu a compreensão do patrimônio cultural utilizado (ou não) para suporte ao turismo.

A presente monografia faz, no primeiro capítulo, o levantamento bibliográfico sobre questões da construção de Brasília e a sua patrimonialização, com a intenção de desenvolver uma reflexão a respeito da formação de identidade em um fragmento territorial considerado Patrimônio Cultural da Humanidade.

No segundo capítulo, foi apresentado as formas de chegarmos a alguns conceitos que influenciam a preservação patrimonial no Brasil, afim de promover uma reflexão, debatemos sobre os objetos das políticas de preservação e as problemáticas que podem percorrer este assunto (em nível de monografia).

O terceiro capítulo introduz o PPCUB, com suas implicações territoriais, além de recuperar a metodologia utilizada para a realização da pesquisa. Também traz os dados coletados, frutos de uma pesquisa de campo virtual (em virtude pandêmica), com a opinião da população residente em Brasília sobre o patrimônio e a formação de identidade(s). Foram priorizadas durante a análise as temáticas definidas pelos objetivos da monografia em tela. Na parte final deste capítulo, foram discutidos aspectos do desenvolvimento da temática identidade e preservação do patrimônio cultural, através do PPCUB, com base nas entrevistas realizadas.

Por fim, nas considerações finais, destacamos que existe uma lacuna em relação a(s) identidade(s) do brasiliense. E por que tal lacuna existe? Quais são as instituições responsáveis ou, no mínimo, negligentes quanto a esta falta de vínculo entre o brasiliense e o patrimônio cultural que tanto procura-se preservar, mesmo dito Mundial? Destacamos que a Secretaria de Turismo, até onde podemos perceber, é um elemento fundamental e importante para o desenvolvimento do turismo na localidade e conseqüentemente da aproximação entre os projetos e

planos governamentais de preservação da cidade que pode ser melhor explorado, para que assim, possamos desenvolver melhor o sentimento de pertencimento e a reafirmação cultural dos diferentes grupos sociais de Brasília.

Por fim, é necessário dizer, antes de passarmos à leitura dos capítulos, que este trabalho foi desenvolvido no momento mais dramático da monografia e, mesmo assim, foi envidado todo esforço da aluna e do orientador para chegarmos nesse momento tão importante, que é sua apresentação para a conclusão do curso, quando o Brasil ultrapassou a marca de 600 mil mortos pela pandemia da Covid-19. Como nos lembra Costa (2021, p. 01, tradução própria).

O Brasil adentrou o segundo semestre de 2021 com aproximadamente 600 mil mortos pela pandemia da Covid-19, a qual teve início no ano anterior. Além dessa tragédia sanitária (acompanhada de uma aberrante catástrofe política e de ideologias, como a neoliberal), o país soma centenas de milhares de famílias desalojadas de suas moradias, pelas dívidas acumuladas e o galopante desemprego; vê, a cada dia, um maior número de indivíduos em situação de rua, miséria e mais vulneráveis ao vírus, notabilizando-se entre os países mais calamitosos da América Latina e do mundo; intensificam-se a pobreza, a pobreza extrema, a fome, as desigualdades socioespaciais, o suicídio e a desesperança.

Esta é uma memória que este trabalho não pode se furtar de enaltecer.

CAPÍTULO 1 – SOBRE A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA E SUA PATRIMONIALIZAÇÃO

1.1 – A HISTÓRIA DE BRASÍLIA: ALGUMAS NOTAS

Inicialmente, este capítulo procura trazer pontos da história de Brasília, a fim de contextualizar a cidade em questão e evidenciar suas singularidades que carregam consigo a importância deste trabalho.

O ano era 1956, quando foi publicado o “Edital do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil” . A finalidade do edital era selecionar um projeto vencedor para a construção da nova capital do Brasil (CEBALLOS, 2005). Lúcio Costa foi o grande vencedor do concurso, trazendo em seu projeto a mais completa funcionalidade da cidade, evidenciando o centro político e administrativo do país. Desde o princípio, estava clarividente que o principal foco do projeto urbanístico era atender esta necessidade.

(...) A capital, cidade funcional, deverá além disso, ter expressão arquitetural própria. Sua principal característica é a função governamental. Em torno dela se agrupam todas as outras funções e para ela tudo converge.

As unidades de habitação, os locais de trabalho, os centros de comércio e de descanso se integram em todas as cidades de uma maneira racional entre eles mesmos. Numa capital, tais elementos devem orientar-se, além disso, no sentido próprio do destino da cidade: a função governamental. (BRASÍLIA Revista, 1957, p. 06)

Mas, apesar do brilhantismo de Lúcio Costa, ele mesmo afirmou que a sua principal preocupação era com a função governamental, e não com o público “comum” que poderia vir a habitá-la. Tempos depois, ao visitar a cidade, ele diz:

(...) isso tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão aí legitimamente. É o Brasil... e eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito... é isto. Eles estão com a razão, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras reais, não é uma flor de estufa como poderia ser, Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito e me senti orgulhoso de ter contribuído. (CARPINTERO, 1988, p.154)

Pode-se questionar, então: se o espaço da cidade foi apropriado por personagens para os quais não foi concebido, o que esperar então do mesmo? Qual cidade foi proposta? Qual cidade de fato se efetivou? São questões que se tornam relevantes pela necessidade de ver até que ponto Brasília teve uma imagem distinta da que foi proposta pelo Plano Piloto de Lúcio Costa. De maneira que a apropriação dos espaços foi acontecendo, desde o momento em que os trabalhadores a construíram e foram dando novos significados e formas, a cidade foi se tornando mais atrativa aos olhos daqueles que buscavam melhores condições de vida.

Antes de dar início à construção da capital, houveram várias fases de trabalho e estudo da região. Algumas missões de demarcação de território e exploração, juntamente com diferentes pesquisas das necessidades daquele território, foram realizadas. Pode-se destacar as comissões de exploração e estudo da região do Planalto Central, também conhecidas de Comissões Cruis, que ocorreram em vários momentos dos anos de 1890 (GDF, 2021).

Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960, teve seu nome sugerido por José Bonifácio, ainda no Brasil Colônia, que foi o primeiro a idealizar trazer a capital para o centro do país, resguardando a capital de possíveis invasões marítimas (IBGE, 2017, s.p.). A construção de Brasília foi a realização de um sonho, um sonho não só de Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa ou de Dom Bosco, era um sonho que já havia sido transpassado pela cabeça de diversos líderes por anos a fio (ARAÚJO, 2019).

A autora Alba Nélide (2020) se refere a Brasília como um lugar edênico, lugar este que sofreu forte influência para ser escolhido como a nova capital, por ter uma paisagem natural muito favorável para tudo aquilo que já havia sido especulado para a nova capital (além da crítica à dicotomia cultura/natureza, devemos reconhecer que há essa discussão para Brasília). Ela também cita como a visão de natureza fica clara no projeto de Lúcio Costa para Brasília e que todos esses fatos estão também atrelados ao movimento Modernista.

Para fins deste trabalho, não podemos deixar de pontuar a importância dos *candangos* na construção da capital brasileira. De acordo com Araújo (2019), na grande busca de novas oportunidades de vida e melhores empregos, estas pessoas saem de suas cidades, a maioria do interior do Brasil (um número significativo de

pessoas vindas da região nordeste e também sudeste), e partem para a (atual) capital. Vários nomes significativos são citados nos registros da historicidade de Brasília, entretanto, muitos outros nomes, também importantes, são citados de forma geral ou sem detalhes. Estes são os *candangos*, considerados os primeiros habitantes de Brasília.

O que conhecemos hoje como cultura brasiliense, advém (grande parte) do enlace cultural entre o sudeste e nordeste (por isso, é importante enaltecer que cultura é algo diverso, que seria impossível falar em uma única cultura ou uma única identidade em ou com Brasília). Este grupo de pessoas foram responsáveis pelo início do que se entende atualmente por *brasilienses*.

Segundo Maria Alexandrina (2013), os candangos passaram a ser o símbolo da nova Capital do Brasil e o termo tornou-se popular depois da obra monumental “Os Candangos”, fixada na Praça dos Três Poderes. A obra foi criada pelo escultor Bruno Giorgi, em 1959, localizada próximo ao Palácio do Planalto. Para a autora, os candangos são todos aqueles que, de alguma maneira, contribuíram de forma direta ou indireta com a construção de Brasília.

No ano da inauguração da capital, o presidente em exercício era Juscelino de Oliveira Kubitschek (JK), que enfatizou em sua campanha presidencial, de 1955, sua promessa, feita em público, de construir a capital que há anos era planejada e estudada. Eleito à presidência, Juscelino sancionou a Lei 2.874, no dia 19 de setembro de 1956, que confirmou a transferência e a construção da nova capital brasileira, em conformidade com sua própria explicação:

A lei era simples, mas redigida com clareza e a concisão características do estilo de San Thiago Dantas. Em seu artigo primeiro, determinava: “A capital federal do Brasil, a que se refere o art. 4º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 18 de setembro de 1946, será localizada na região do Planalto Central, para esse fim escolhida”. O artigo segundo autorizava o Poder Executivo a tomar providências para acelerar a construção da nova cidade, inclusive a de construir uma nova sociedade que se denominaria Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. (KUBITSCHEK, p. 44-45)

Sobre a história da cidade, aparece com exacerbação a figura de Juscelino como um político audaz e empreendedor, aquele que teria realizado o sonho da interiorização da capital brasileira. É importante destacar como esse discurso foi

abraçado pela população. Trouxeram esperanças para a criação de uma nova capital e, também, para novas oportunidades de trabalho e crescimento da economia brasileira novamente.

O brasilianista Thomas Skidmore (1976) descreve este período do governo JK como “anos de confiança”. Essa definição se apoia na real constatação de “crescimento econômico” e na expansão industrial e empregatícia que proporcionou a inauguração de Brasília. Todas essas constatações, sobre o governo JK, foram frutos de uma estratégia eficaz de distintos grupos políticos, a partir da comparação de governos anteriores, como por exemplo, o governo de Getúlio Vargas e seu intenso autoritarismo.

Para Costa e Steinke (2014), a construção de Brasília se faz da convergência entre o ideal nacionalista e o desígnio econômico do país, a partir do poder de um Estado absoluto compactuado com a burguesia industrial do Sudeste (ou Região Concentrada), para dar subsídio ao desenvolvimentismo em voga. Ao se constituir da centralidade territorial e política, projeta os vieses de uma estratégia nacional contraditória, que intensifica o princípio discursivo da integração e expansão territorial, mas, ao mesmo tempo, se pauta numa ação concreta de seletividade e violenta desigualdades, presentes na reprodução capitalista, que afetará indígenas e negros no campo e nas cidades do centro-norte do Brasil, como lembram Costa e Steinke (2014).

Brasília se tornou um marco divisor na história do Brasil, não só pelo que representaria para a política da nação, mas também, por seu “design”, que se tornou um marco modernista global, e que carrega em suas obras a idealização de cada prédio, cidade satélite, monumento e suas disposições e funcionalidades no dia a dia da população que se apropria de tais construções.

E quando remetemos aos ícones modernistas de Brasília, prontamente nos recordamos de grandes nomes de artistas que marcaram a cidade com suas obras. Nomes como: Oscar Niemeyer, Marianne Peretti e Athos Bulcão deixaram suas marcas registradas nos principais símbolos identitários da capital.

A Revista *Múltipla* (2000) traz que o termo modernismo é um conjunto genérico que não revela diferenças significativas entre arquiteturas de uma mesma

época. É, então, uma designação genérica de movimentos e escolas arquitetônicas que marcaram a arquitetura delineada em grande parte do século XX.

As origens do modernismo podem ser encontradas em diversas outras culturas e fragmentos da história humana, como por exemplo em Le Corbusier, na França; em Frank Lloyd Wright nos EUA; em Bauhaus, na Alemanha. Todas essas variadas fontes encontraram no CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) um ponto de convergência, concebendo ideias homogêneas e resultando no estabelecimento de pontos em comum (MÚLTIPLA Revista, 2000).

O Modernismo apresenta algumas formas geométricas como parte de sua característica. Os arquitetos modernistas buscavam o funcionalismo em seus projetos e obras. De acordo com Lúcio Costa, o modernismo brasileiro pode justificar-se como um estilo no qual faz uma afirmação da nossa cultura e representa o espírito da época.

Para Fonseca (2007), o Modernismo também pode estar ligado às áreas: literária, artística e religiosa, que ocorreram na Europa no século XX. Neste período acontece um rompimento com a tradição das construções clássicas, dando início ao surgimento da nova fase modernista.

Entende-se que a arquitetura e o urbanismo de uma cidade moderna têm uma linguagem representada na vivência, no cotidiano e na experiência daqueles que a conferem sentido, que lhe dão vida. Apesar do estranhamento inicial, a arquitetura implantada e financiada pelo Estado em Brasília, em um tempo curtamente considerável, já se tornou motivo de orgulho e houve muito empenho para compreendê-la, dentro de todo contexto nacional. Ortiz (1999, p. 35-36) fala da arquitetura de Brasília como um ideal de construção nacional.

Com uma “mentalidade cultural” que percebe o moderno como vontade de construção nacional. As linhas geométricas de Brasília “levam” a civilização para o planalto central num ato civilizador que inverte a relação entre superestrutura e infraestrutura.

Oscar Niemeyer, um artista nascido no estado do Rio de Janeiro, em 1907 e graduado na Escola Nacional de Belas Artes, é o nome mais lembrado por suas obras de arte em Brasília, em função da quantidade e qualidade de seus trabalhos.



Figura 1: Esplanada dos Ministérios, Brasília. Fonte: Cortesia de Everaldo B. Costa, maio de 2019.

A influência *corbusiana* é algo também evidente nas primeiras obras de Oscar Niemeyer, mas, pouco a pouco, suas obras foram adquirindo leveza nas suas curvas e formas, distinguindo-se, de maneira que transformam o programa arquitetural de Brasília em ambientes inusitados (figura 1). Portanto, harmonia, graça e elegância são adjetivos atribuídos aos trabalhos de Niemeyer (MÚLTIPLA Revista, 2000).

1.2 - BRASÍLIA COMO PATRIMÔNIO IDENTITÁRIO NACIONAL E MUNDIAL

Para fins deste trabalho, trataremos sobre o assunto que é o tombamento do Plano Piloto de Brasília, também declarado Patrimônio Cultural da Humanidade e a relação de pertencimento à cidade, gerada a partir dos sujeitos. Devido ao seu plano urbanístico, Brasília tem alguns de seus prédios e monumentos, localizados na área central, tombados como patrimônio pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Em 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) e a preocupação da preservação dos patrimônios nacionais passa a ser vista de forma diferente. O patrimônio passa a ser enxergado como planetário e adquire um caráter universal (eurocêntrico), isso significa que pertence a toda a humanidade (com olhar

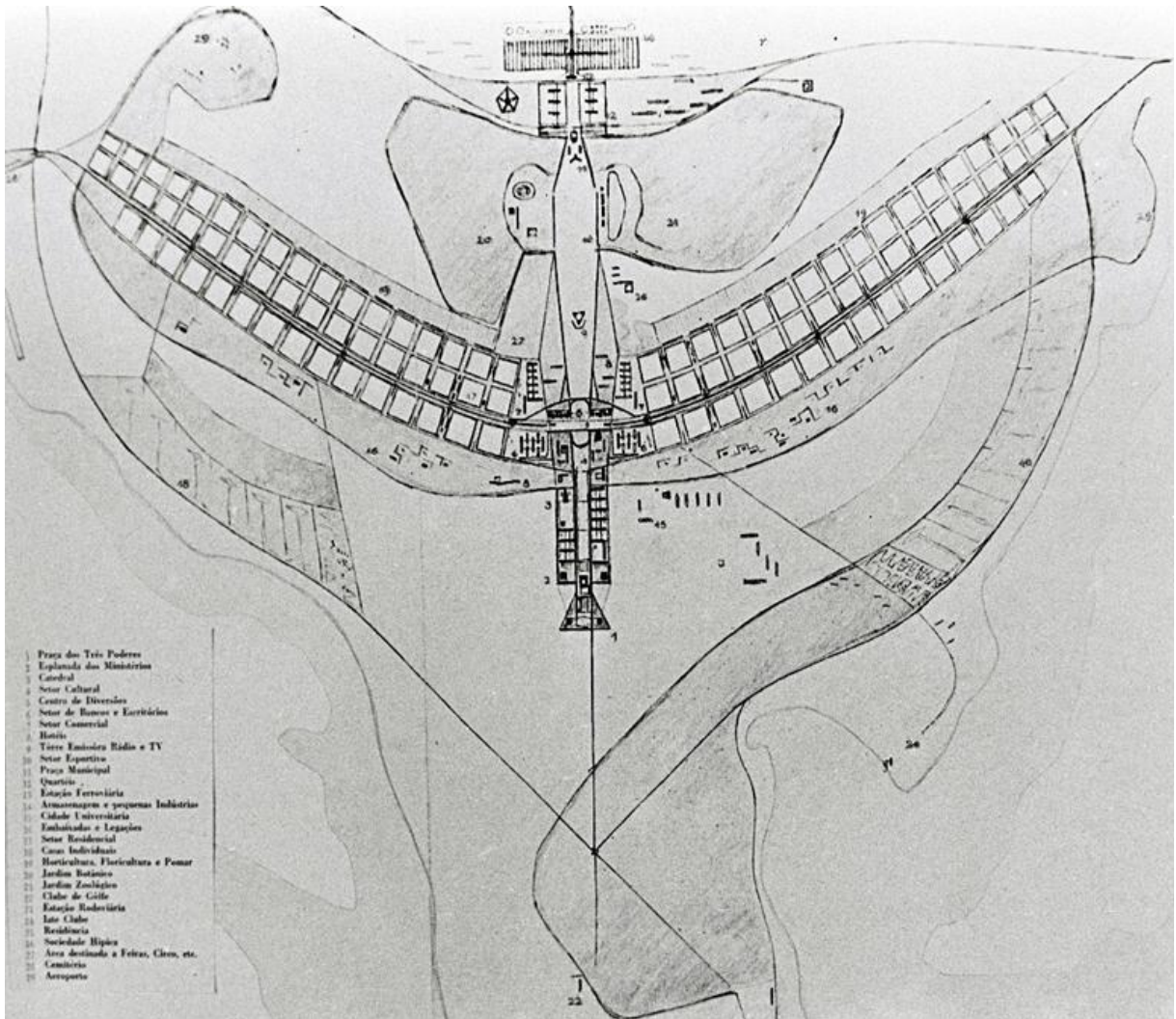
desde Europa, então, como tem criticado Costa (2016), uma vez que a dimensão de universal e total abstrai diferenças de identidade, em nome de um universalismo restrito, destaca o autor).

A delegação específica da ONU, responsável pelas políticas públicas para preservação/conservação do Patrimônio Cultural da Humanidade, é a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), que elaborou normas internacionais de preservação do patrimônio, e dentro disso deu um grande incentivo para os países participantes da ONU criarem normas nacionais.

Para Alba Nélide (2020), a preservação patrimonial está inerentemente ligada ao movimento modernista, principalmente após a atuação de um determinado grupo de artistas que queriam investigar as raízes da cultura brasileira. Neste período, foi quando o governo federal instituiu ações de preservação de bens culturais que representassem a nação brasileira.

Na década de 1920, no Brasil, essa discussão sobre as questões de patrimônio, enquanto preocupação do passado da nação e como forma de proteção aos monumentos é levada pelos intelectuais modernistas, que, a partir da sua concepção de arte, história, nação e tradição de um país, elaboram a ideia de criação de um órgão responsável a proteger as obras de arte e a história do país.

A atual capital teve seu projeto traçado para dar início a sua construção dando foco ao Plano Piloto, traçado em forma de cruz, com dois eixos que se cruzam (sendo um deles semi-curvado, dando a impressão de que se pode enxergar um avião – ver figura 2). Uma cidade que foge completamente dos padrões brasileiros de outras capitais, urbanisticamente. A observar a figura 3, que retrata paradoxos da cidade e do viver na cidade.



- 1 Praça dos Três Poderes
- 2 Esplanada dos Ministérios
- 3 Catedral
- 4 Setor Cultural
- 5 Centro de Diversões
- 6 Setor de Bancos e Escritórios
- 7 Setor Comercial
- 8 Hotéis
- 9 Torre Emisora Rádio e TV
- 10 Setor Esportivo
- 11 Praça Municipal
- 12 Quartéis
- 13 Estação Ferroviária
- 14 Armazéns e pequenas Indústrias
- 15 Cidade Universitária
- 16 Embaixadas e Legações
- 17 Setor Residencial
- 18 Casas Individuais
- 19 Horticultura, Floricultura e Pomar
- 20 Jardim Botânico
- 21 Jardim Zoológico
- 22 Clube de Golfe
- 23 Estação Rodoviária
- 24 Lago Clube
- 25 Residência
- 26 Sociedade Hípica
- 27 Área destinada a Felizes, Clões, etc.
- 28 Cemitério
- 29 Aeroporto

Figura 2: Projeto vencedor do concurso para o Plano Piloto de Brasília (Lúcio Costa). Fonte: Arquivo Público do DF, 1956.



Figura 3: A catedral no centro político-administrativo e o pipoqueiro. Fonte: Renata Albernaz, setembro de 2020

Para entendermos melhor o que é o Plano Piloto, seguem dois artigos de Lei Federal que o descrevem:

Art. 1º - Para efeito de aplicação da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, entende-se por Plano Piloto de Brasília a concepção urbana da cidade, conforme definida na planta em escala 1/20.000 e no Memorial Descritivo e respectivas ilustrações que constituem o projeto de autoria do Arquiteto Lucio Costa, escolhido como vencedor pelo júri internacional do concurso para a construção da nova Capital do Brasil (GDF, 1987).

Art. 2º - A manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica (GDF, 1987).

Logo após a sua inauguração, o então presidente Juscelino Kubitschek, levantou a pauta de tombamento da cidade com o intuito de proteção ao seu projeto urbanístico inicial. Dentre outros motivos, este é um dos principais responsáveis pelo reconhecimento da capital como patrimônio. Brasília foi inscrita no Livro de Tombo Histórico pelo IPHAN, em 14 de março de 1990. O Instituto do Patrimônio Histórico

Nacional é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cidadania, que é o responsável pela preservação e manutenção do Patrimônio Cultural Brasileiro, garantindo assim o direito ao acesso desses patrimônios a futuras gerações. (ARAÚJO, 2019)

Em 1987, Brasília foi inscrita na lista de Patrimônios da Humanidade, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Isso gerou um certo deslumbramento em alguns especialistas, na maneira ágil do processo, já que a capital se diferencia dos pré-requisitos até então apresentados para patrimônios inscritos na lista.

A prática de constituição dos patrimônios históricos e artísticos nacionais é referente aos Estados modernos, que, por meios legais e com auxílio de agentes delimitam um conjunto de bens no espaço público. O termo “patrimônio” possui diversos significados, sendo o mais apontado por Barreto (2000, p. 09) como “o conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possuem” e que, “transportados a um determinado território, o patrimônio passa a ser o conjunto de bens que estão dentro de seus limites de competência administrativa”.

O patrimônio é dividido em duas grandes categorias, uma categoria referente à cultura e outra à natureza. Sendo o patrimônio natural, o conjunto de riquezas naturais que se encontram no solo ou subsolo. Este conceito é muito amplo e com isso podemos incluir florestas, parques, oceanos etc. O debate crítico sobre a dicotomia sociedade/cultura/natureza pode ser visto em Costa et al (2015), ao falarem da socialização da natureza (ou realização social da natureza) por meio do turismo; os autores se dedicaram ao entendimento desse fenômeno na Chapada dos Veadeiros e suas afetações às comunidades locais.

A outra categoria começa a ganhar espaço na Europa do século XVIII, quando, segundo Fonseca (1997, p. 49), “O Estado assumiu, em nome do interesse público, a proteção legal de determinados bens a que foi atribuída a capacidade de simbolizar a nação”. Pode-se então concluir que neste período temos o primeiro conceito de patrimônio histórico e artístico nacional.

Segundo a Revista Múltipla (2000), durante a primeira metade do século XX, foi considerado patrimônio cultural apenas monumentos, obras de arte, igrejas, palácios e outras propriedades de grande luxo. Diretamente associadas às classes

dominantes. O patrimônio passou a ser visto como um elo entre o presente e o passado, enquanto monumento da nação. Contando a história desta nação e dando continuidade, que acaba sendo primordial na afirmação do Estado nacional.

Atualmente o conceito de patrimônio é democrático e abrangente. Os hábitos e costumes dos povos ao redor do mundo começam a ser vistos também como bens patrimoniais, bem como os utensílios domésticos, as danças, a língua, a culinária, festas populares etc. A Revista Múltipla (2000) também mostra que essa amplitude de entendimentos sobre patrimônio dá espaço para a criação de duas novas categorias, a dos bens materiais e a dos imateriais. Que lhes são atribuídos uma série de valores:

1. reserva natural de biodiversidade;
2. manifestação cultural simbólica da nação;
3. valor econômico – bem ao qual é atribuído um preço;
4. valor artístico – representação de um estágio da evolução das artes;
5. registro histórico da nação e, em uma visão mais ampla, da humanidade.

Dentro de todos esses acontecimentos, Brasília foi incluída na existente lista de Patrimônio Cultural da Humanidade. Peralva (1897, p. 135) descreve este momento da seguinte forma:

No dia 29 de julho de 1988, o diretor-geral da UNESCO, Federico Mayor, chegou a Brasília a fim de entregar ao Governo do Distrito Federal o marco comemorativo da inclusão da cidade no Patrimônio Cultural da Humanidade, construído com projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, na Praça dos Três Poderes.

Sobre uma lâmina de metal a inscrição abaixo:

Este marco se destina a assinalar que Brasília, soberba afirmação do gênio criador brasileiro, idealizada e construída no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, com plano de Lúcio Costa e realização arquitetônica de Oscar Niemeyer, foi o primeiro monumento da época contemporânea incluído pela UNESCO no Patrimônio Cultural da Humanidade, a 7 de dezembro de 1987, como notável testemunho da concepção urbanística do Século XX, sendo Presidente da República José Sarney, Governador de Brasília José Aparecido de Oliveira, Embaixador do Brasil junto à UNESCO Josué Montello.

A inscrição nesta lista consagra o valor excepcional e universal de Brasília, a fim de que seja protegida em benefício da humanidade.

Brasília, julho de 1988

Federico Mayor

Diretor-Geral da UNESCO

A noção ou conceito de patrimônio serviu e serve na construção de um ideal amplo e até genérico de identidade nacional, pois há uma diversidade que envolve o patrimônio nacional. Neste caso, o Estado passa a ser apenas o guardião destes patrimônios e cria-se uma noção de cidadania coletiva, onde passa-se a identificar bens públicos, bens que não são de posse privada, mas propriedade de todos os cidadãos que o utilizam em nome do interesse público. Os trabalhos de E. Costa tem chamado atenção pela problemática dessas generalizações conceituais que negligenciam os conceitos formulados pelos sujeitos em relação ao que eles próprios definem como patrimônio ou herança cultural e identitária, a própria memória.

Por isso, Costa e Suzuki (2012) tratam do território como base de interação entre dominados e dominantes, que guarda símbolos de propriedade materiais e imateriais. O Estado nacional aparece como elemento resultante do processo interacional entre as comunidades e a natureza. O artigo de Costa e Suzuki (2012) traz a ideia de que, se uma nação é uma realidade geohistórica, que acontece por meio de elementos políticos definidos e que, para que ela exista, não é suficiente que seja apenas uma comunidade territorial, por ser um produto da história, então é possível afirmar que uma comunidade e sua identidade, assim como a patrimonialização dos elementos, se vinculam à nacionalidade (assim como ocorreu no Brasil, no início do século XX, com a criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), e de forma múltipla, contraditória e complementar, ou seja, dialeticamente.

A partir dessa identificação, bens representativos da nação que demarcam seu tempo e espaço, passam a ser prioridade daquela nação, tornando-a identificável por notórios elementos. Territorialidades de base patrimonial podem também ter a finalidade de reforçar a identidade de locais. E a necessidade de proteger tal patrimônio reforça o sentimento de patriotismo da nação.

Os bens patrimoniais funcionam como documentos ou “provas materiais” da história nacional, que constrói a história de origem de um determinado povo. A conservação destes bens é justificada pelo seu alcance ideológico (que por vezes não é tão aceito dentro da sociedade inserida), de forma que constrói uma narrativa de cidadania. Apesar do processo de patrimonialização ser algo racional, ele

depende também da imaginação e da representação que por muitas vezes pode se tornar algo utópico dentro de toda a ideologia na formação da cidadania (COSTA & ALVARADO, 2019).

Mediante estes fatos, podemos observar a influência discursiva de/sobre Brasília na construção identitária do povo brasileiro enquanto nação, e consequentemente dos brasilienses enquanto cidadãos deste território. A capital é um misto de pontos e contrapontos que são passíveis de interpretações em diversas óticas, ela é muito conhecida por ser a cidade que abriga o poder político, mas também está sempre nas manchetes de jornais por suas manifestações e concentrações de oposições governamentais, também é o lugar onde o modernismo é um marco mas ao mesmo tempo se mantém tão tradicional como o século XX em seus costumes, ao mesmo tempo que é um símbolo nacional está regada de obras feitas por mãos estrangeiras. Brasília é, em sua essência, um misto de contradições culturais, políticas e artísticas (MORAES, VERGINACI & ANJOS, 2016).

Apesar de todos os elementos abstratos que podem compor a identidade de um determinado ser, os lugares e o que eles podem representar também sofrem fortes influências neste processo de formação. Lugares estes, que, em Brasília, podemos perceber que compõem a identidade e caracterizam o cotidiano do brasiliense por meio da arquitetura (figura 4), que, ao contrário do que se pensa, na maioria das vezes se desassocia dos pontos mais representativos da capital.



Figura 4: Congresso Nacional, monumento simbolista de Brasília. Fonte: Marina R. Velozo, maio de 2019

Brasília, então, no momento de sua real existência ou criada enquanto símbolo brasileiro, passou a gerar visibilidade e reconhecimento internacionalmente, e a sua inauguração foi feita em um momento único de esperança no progresso e na economia do Brasil (mito positivista que perdura neste país, endossando discursos que, em muitas oportunidades, conduzem ao confronto do povo brasileiro, internamente, como se vê no atual momento político nacional). Desta forma, Brasília passa a ser um patrimônio narrado como a esperança de que tudo em algum momento irá melhorar (ou a realidade interpretada distância-nos disso). Ela quer representar o novo para toda uma nação brasileira que se empenhou em construí-la e ressignificá-la, para além do centro político-administrativo. Brasília é um misto de dualidades de ideias, culturas, políticas e ressignificações. E tudo isso é parte da identidade de um patrimônio nacional de um povo, antes mesmo de ser patrimônio mundial.

Para fins deste trabalho, analisaremos Brasília pela vertente da cidade planejada, destinada a ser o berço da “Nova Era”, carregada de esperanças e singularidades, como descrevia o próprio JK. Em caráter de tamanha complexidade do momento e as circunstâncias em que Brasília foi criada, não seria fácil interpretá-la, narrá-la, a não ser para atender aos interesses da classe dominante, diante do Brasil desenvolvimentista e um Estado demiurgo da sociedade (COSTA e STEINKE, 2014). Assim, o produto final ou o resultado deste capítulo, retrata a dicotomia das estruturas culturais e identitárias de Brasília e a necessidade de conviver e lidar com elementos antagônicos diariamente.

CAPÍTULO 2 – DESÍGNIOS DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

2.1 – VALORAR A IDENTIDADE E MEMÓRIA LOCAIS COMO CAMINHO PARA A PRESERVAÇÃO

Este segundo capítulo da monografia tem por prioridade trazer os conceitos sobre memória, identidade, preservação e apontar como esses conceitos dialogam dando embasamento para este trabalho. Assim como estes elementos influenciam na valoração da preservação das interações culturais na sociedade atual e como construíram o passado. No dicionário da língua portuguesa, a memória é descrita como “faculdade que se tem de adquirir informações, retê-las e, então, ser capaz de evocá-las.” (AURÉLIO, 2019).

Então, nesse entendimento, a memória refere-se à capacidade de reter uma experiência ou dado e trazê-lo à mente no futuro. E esta se torna necessária para a construção da experiência e do conhecimento científico. De acordo com Batista (2005), a memória está sempre sendo vivida no presente e a qualquer momento podemos evocá-la, está aberta à dialética da lembrança e do esquecimento e também cria sentimento de pertencimento e identidade.

Surge como desafio urbanístico, na era da patrimonialização global, da dialética da memória e da fragmentação articulada do território urbano, a forja de novos centros, mais complexos, onde possam se juntar o trabalho, a moradia, a cultura e o consumo, além do esporte e do lazer – um esforço de pensamento e de prática de planejamento em busca de antigas mobilidades e circulação urbanas. (COSTA, 2012, p. 99)

Para Costa (2012), a dialética da memória tem tendência à ressignificação das cidades, ou pelo menos, parte delas. Nessa acepção, o autor apresenta uma perspectiva *benjaminiana* – na qual inclui memória coletiva e individual –, de forma que, dessa tendência dialética, diversas cidades vêm sofrendo processos de intervenção em áreas consideradas relevantes eleitas pelo Estado-mercado.

Assim, para a construção da memória, é tão importante aquilo que se recorda como o que se esquece, e o processo que decide isso é pessoal e pode ecoar no coletivo. A memória, a *priori*, parece ser uma ocorrência individual, algo relativamente privativo e próprio da pessoa (POLLAK, 1992). De maneira que, se

levarmos em conta esta característica mutável da memória, individual ou coletiva, deve-se considerar que existem elementos imutáveis e invariantes.

Quais são, então, os elementos que constituem a memória, coletiva ou individual? Em primeiro lugar, os episódios vividos individualmente, e posteriormente os vividos de modo coletivo. Diversas vezes os acontecimentos não obedecem a ordem cronológica exata se analisados de forma coletiva, mas, este é o fenômeno do individualismo na percepção de cada indivíduo.

Segundo Costa (2012), é importante ressaltar que o consumo (principalmente simbólico) pode transformar a produção, os materiais e os significados da cidade. Permitindo haver um repouso dinâmico e novas possibilidades de apropriação das cidades, promovendo uma procura do movimento e repouso, lazer e abrigo, e por vezes o esquecimento da vida movediça (COSTA, 2012). Assim, tendo influência todos estes motivos e acontecimentos na formação da maneira que um indivíduo se porta e nas suas buscas pessoais, processo este que pode fazer parte da sua memória e identidade.

Na perspectiva de Gondar (2008), a memória social e coletiva varia de acordo com o autor que a trabalha, assim, mostrando duas ideias diferentes sobre o mesmo assunto e contexto. Em seu artigo aqui citado, traz dois nomes diferentes importantes, como Leroi-Gourhan (s/d) um paleontólogo, e o historiador Jacques Le Goff. Leroi-Gourhan diz que a memória consiste em uma base que se insere nas concentrações, seja de animais, homens ou máquinas, e usa o termo 'memória coletiva' apenas para as sociedades humanas. O historiador prefere usar a designação de memória coletiva para povos sem escrita e memória social para povos onde a escrita já tenha se instalado.

A escrita surge como um ponto muito importante para a construção da memória coletiva. Ela permite que registros sejam materializados e dissipados por longos anos e gerações (GONDAR, 2008). Assim, determinadas tradições e costumes se perpetuam pelas sociedades, influenciando na construção da memória e identidade coletivas.

Gondar (2008, p. 2) ainda diz que “a invenção da escrita permitirá também a criação de novas técnicas de memória: as mnemotécnicas que, inventadas

pelos gregos, conhecerão uma grande expansão na Idade Média”. A escrita consiste, de forma geral, em suporte da memória e articulação da lembrança de imagens de determinados lugares e/ou situações marcantes. Se ordenam de modo associativo e de fácil acesso quando evocadas.

A identificação humana pode ser constituída pela memória histórica, que é o sinal ou a marca de sua cultura. A memória coletiva de uma sociedade se torna parte da identidade, e juntas contribuem para a formação da cidadania. A ligação entre identidade e memória é extremamente profunda, de maneira que o alimento do imaginário histórico-cultural se sustenta em perceber como expressão particular de um determinado povo (BATISTA, 2005). Sobre a identidade cultural e memória, Santos (2004, p. 59) disse que essa relação:

(...) implica em distinguir os princípios, os valores e os traços que a marcam, não apenas em relação a si própria, mas frente a outras culturas, povos ou comunidades. Memória e identidade estão interligados, desse cruzamento, múltiplas pelas possibilidades poderão se abrir para produção de imaginário histórico-cultural.

Logo, entende-se por identidade as peculiaridades de um determinado povo/ grupo social que tem as suas crenças, ritos e experiências comuns que influenciam na formação da identidade individual, por exemplo a identidade brasileira, americana, japonesa etc.

Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. (HALL, 1999, p. 106)

Para que se dê a construção desta identidade ou identidades é necessário que o grupo se aproprie de suas manifestações, valores que serão passados de geração em geração se perpetuando na sua história. A identidade é uma categoria extremamente complexa dentro das ciências humanas, ela pode se embasar na questão de gênero, ter parte da sua definição a partir de uma religião ou até mesmo com a contribuição de atividades profissionais que um indivíduo opera. Geralmente está ligada intimamente ao grupo étnico ao qual pertencemos (HALL, 2000).

Mediante a importância da memória e identidade para uma sociedade, como um todo e mesmo individualmente, e com seu peso e valor, podemos abrir à discussão o tema de como estes ideais influenciam na necessidade de preservação dos patrimônios para a humanidade e os grupos locais.

A necessidade da manutenção da memória e da identidade local se dá pelo fato de que, para que um determinado grupo se sinta parte do lugar e da história, é importante que haja a fomentação da sua memória e do coletivo. Pode-se chamar então, estes “momentos” e situações, de *lugares de memória*, expressão utilizada por Pierre Nora para descrever certos espaços e certas temporalidades (TOMAZ, 2010).

Nesta direção, vale salientar que o estudo do patrimônio cultural promove a valorização e validação daquilo que é comum e habitual de determinado grupo social. Estes patrimônios tem o potencial para serem mantidos e evocados na memória, bem como preservados, pois são coletivamente significativos em determinada “diversidade”.

Esse preservar da memória não está ligado apenas à conservação de relíquias antigas ou edificações, mas também à preservação de toda uma história, todo um caminho percorrido pela sociedade, desde seus tempos mais remotos até aos dias de hoje, interligando-os pela sua importância nesse processo de contínuo movimento e constante transformação. (TOMAZ, 2010, p. 4)

A preservação da memória e identidade deve ter por finalidade conservar traços da vida cotidiana, e expor como determinado grupo vive em determinada época, pois sempre será valioso para grupos sociais o que tende a ser conservado em seu respeito, seja por herança histórica, uma personalidade influente ou valor significativo. Perpetua-se a memória de uma sociedade/grupo social preservando os espaços utilizados para a construção de sua história que tenham um significado coletivo.

O PPCUB entra como uma oportunidade de ligar a memória e identidade de Brasília com a sociedade brasiliense. Após um caos jurídico, este projeto traz mais clareza na legislação urbanística e uma oportunidade de reordenamento e reorganização dos problemas estruturais da cidade e da paisagem urbana, em

benefício da memória, da identidade e cultura locais, apesar dos problemas de Brasília extrapolarem o âmbito urbano (HOLANDA, 2014).

Para Holanda (2014), o PPCUB reproduz a visão clássica e moderna da cidade, destacando como objetos de atenção os ‘setores’ da cidade. Além de ser um exemplo da hegemonia do urbanismo moderno já contestado em diversos lugares. De forma que Brasília expressa sua singularidade na identidade que consegue ser conservada também através deste projeto. Por isso, os trabalhos desenvolvidos pelos doutores, mestres e graduandos (de monografia e PIBIC) do Gecipa (Grupos de Pesquisas sobre Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe, tem se dedicado aos “sujeitos situados”, ao “patrimônio-territorial”, aos “territórios de exceção” no Brasil e no continente (COSTA, 2016); valora aqueles que guardam a memória da história do território, cujos símbolos e identidades construídas no cotidiano se vinculam a tal história, sobretudo negros(as), mestiços(as), indígenas ou a população trabalhadora que é apagada da história oficial (figura 5).



Figura 5. Trabalhadores(as) na construção da Esplanada dos Ministérios, Brasília. Fonte: Arquivo Público do DF, 1958.

Logo, por mais que esta monografia esteja centrada em um instrumento de gestão patrimonial do governo, a partir de órgãos oficiais, ao falar de identidade e

memória em Brasília, a população trabalhadora que a construiu, na maioria das vezes apagadas da história oficial, deve ser recordada e enaltecida. Este empenho realiza há uma década o GECIPA/UnB, que em Brasília e por meio de uma agenda de pesquisas, busca desvendar conflitos socioespaciais, usos do território, condições de trabalho masculinas e femininas, a cultura periferizada, as múltiplas identidades populares e as contradições espaciais inerentes à capital do Brasil.

2.2 – PATRIMÔNIO CULTURAL: SIGNO DE IDENTIDADE NACIONAL E IDEAL DA "PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL".

Uma vez que para este trabalho interessa, sobretudo, a expressão cultural do patrimônio e as suas relações com a construção da memória e da identidade, como foi desenvolvido até aqui, então serão pautados estes componentes no avanço deste subcapítulo dedicado ao patrimônio cultural, para recuperar Brasília e o PPCUB, frente à "patrimonialização global".

Através da Antropologia, podemos fazer algumas afirmações sobre o que pode ser patrimônio cultural. Esta ciência explica que todas as sociedades humanas produzem diferentes objetos, ideias, representações simbólicas e comportamentos, que se pode denominar *cultura* (LÉVI-STRAUSS, 2011). Este patrimônio pode então ser material (ou seja, visível, palpável, como artefatos) ou imaterial (o que não é visível, como danças, rituais ou uma religião), e são reproduzidos de acordo com a memória social de um grupo.

Entretanto, é importante frisar que o patrimônio cultural não é só aquilo que é musealizado, materializado e escrito. Há de ser considerado também a oralidade e a memória oral de alguns grupos sociais que não têm o hábito de materializar de forma escrita os seus costumes e ritos.

O patrimônio construído reflete as formas e marcas culturais, e o modo como os grupos sociais modelam a cidade pode ser decorrida de tais decisões. Dentre as estruturas de símbolos, o patrimônio construído tem o poder de evocar algo que marca a paisagem urbana, um elemento extremamente importante para a imagem e identidade nacional (CARVALHO, 2003).

Assim, estes patrimônios reforçando a identidade e valorizando-a, podem constituir um recurso importante na afirmação do território de sujeitos ou grupos sociais específicos. Um território que guarda identidades, memórias e patrimônios bem definidos, dificilmente será violado. Além de fortalecer as atividades econômicas e atrair a população de acordo com Fernandes e Carvalho (1998). Ainda, para Fonseca (1997, p. 36),

Uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse

universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa.

A manutenção do patrimônio cultural pode reforçar a identidade, cidadania e nacionalismo de determinados grupos. Assim, em alguns aspectos, exercitar o olhar para o que é importante para o outro pode ser uma das formas de manutenção e conservação do patrimônio.

No Brasil, há uma grande diversidade étnica e cultural, o que torna o processo de patrimonialização extremamente desafiador e complexo. De maneira que, para atender de forma eficaz e justa todo o aporte cultural que permeia a sociedade brasileira, é necessário o estudo e implementação de políticas públicas voltadas ao cotidiano popular, saberes e símbolos de identidades que representam tais expressões culturais.

Também é válido ressaltar que a patrimonialização tem relação com a geografia e a territorialidade, quando falamos de monumentos e grupos sociais. Essa ligação direta com a geografia se dá através do fato de que os pesquisadores desta área analisam, observam, sintetizam, procuram compreender, buscam a interpretação, articulam narrativas de explicação em torno de fenômenos que, de modo direto ou indireto, têm um efeito modelador da superfície terrestre. (CARVALHO, 2003).

Na verdade, segundo Carvalho (2003), uma grande preocupação destes pesquisadores são as *rugosidades* da superfície terrestre: culturais, sociais, físicas, econômicas e geohumanas. Pois a condução destes processos pode tender a homogeneização (ao menos discursiva), e aos geógrafos interessa as diferenças, assim como as contradições, as barreiras e as fronteiras relativas à patrimonialização. Segundo Costa (2014, p. 244), há um processo e fenômeno que ele define como “patrimonialização global” e que persegue as contradições de base socioespaciais:

O primeiro e salutar ponto a ser destacado diz respeito ao conceito proposto patrimonialização global, que definimos como sendo o brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovido pela dialética Estado-mercado, sobre a base das

técnicas, da ciência e da informação; em síntese, é um processo de resignificação dos lugares em escala planetária, uma verdadeira corrida mundial das governanças urbanas e dos Estados para a inserção dos bens culturais e naturais ou cidades antigas e modernas espalhadas pelo planeta, na rede internacional do turismo. São lugares que alcançam seu auge junto a estratégia do mercado ao serem contemplados com a chancela de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO tomando posição no frenesim da guerra dos lugares com a inserção na Lista do Patrimônio Mundial.

Então, pode-se afirmar que o patrimônio expressa a identidade histórica de um povo, ele contribui para preservar e manter a identidade de uma nação, de um grupo étnico, comunidade religiosa, tribo, clã, família (CHOAY, 1992). É a herança do passado que se vive no presente e que será passada para o futuro, um ciclo que permite que a cultura, memória e identidade de um povo não se apague. Portanto há uma legitimação coletiva do que é (ou não) patrimônio, levando em consideração também que maior parte desta “consulta coletiva” do que pode ser considerado patrimônio vem das elites (política, científica, econômica e religiosa), na esteira do que Costa (2014) entende por patrimonialização global gestada pelos “arquitetos do mundo” ou agências do poder mundial vinculadas à patrimonialização como a própria UNESCO e os organismos nacionais e multilaterais.

Definimos a patrimonialização global como sendo o brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovido pela dialética Estado-mercado sobre a base das técnicas, da ciência e da informação; em síntese, é um processo de resignificação dos lugares em escala planetária. (COSTA, 2014, p. 244)

Se torna um desafio urbanístico, nesta era de patrimonialização global, da dialética da memória a ideia de surgir novos centros onde possa ter moradia, trabalho, consumo e lazer no mesmo lugar. Esta proposta está vinculada a projetos que visam desenvolver e propor qualidade ao ambiente físico e social. Estes elementos contribuem para a fluidez do território.

De fato, é importante realçar esses pontos sobre a patrimonialização enquanto parte da identidade de uma nação, onde pode haver uma manipulação ideológica por parte de um grupo pequeno que não representa o todo, o que é um paradoxo. Neste sentido, Prats (1997) diz que o patrimônio é um constructo social, por outras palavras é uma invenção, uma versão apenas de uma parte do todo que compõe as ações humanas num determinado tempo. Fica exposto então a relação estreita entre patrimônio, identidade e controle dos processos decisórios da patrimonialização.

Sendo o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) o instrumento central da política de preservação, de planejamento e de gestão do Conjunto Urbanístico de Brasília, cujos programas visa os seguintes princípios que se tornam pilares importantes para a base desta monografia:

Art. 4º O PPCUB rege-se pelos seguintes princípios:

- I- reconhecimento do valor patrimonial do sítio urbano de Brasília pela singularidade da sua concepção urbanística, da sua expressão arquitetônica e paisagística, da qual decorre sua condição de bem cultural tombado;
 - II- reconhecimento dos atributos fundamentais de Brasília como capital federal, centro regional e área metropolitana em formação;
 - III- fortalecimento do Conjunto Urbanístico de Brasília – CUB como Patrimônio Cultural da Humanidade;
 - IV- reconhecimento da preservação como fenômeno integrado ao processo de desenvolvimento urbano e como propulsor do desenvolvimento turístico;
- (MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR, 2012, p. 3)

Estes princípios são importantes serem revistos, para o diálogo ou entendimento da patrimonialização, capturar elementos do reforço da identidade nacional e memória local de Brasília enquanto símbolo local-nacional. De forma que é o PPCUB mais uma ferramenta que, no âmbito do discurso oficial e mesmo acadêmico, serve de apoio e diretrizes para o melhor desenvolvimento da cidade e a sua paisagem urbanística.

2.3 – TURISMO CULTURAL: OBJETO DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO

A fim de concluir este capítulo, é importante estabelecer, sinteticamente, um outro *link* do patrimônio: o turismo cultural, que enaltece também o discurso da memória e da identidade. A relação entre patrimônio e turismo se dá pela crescente importância e visibilidade da atividade em todas as suas práticas. Bem como a preocupação pela preservação e valorização do patrimônio da sociedade em suas mais variadas manifestações.

A relação que existe entre patrimônio cultural e turismo se torna visível quando este se apropria das manifestações culturais como a arte, artefatos e objetos e momentos relacionados à cultura. Por sua vez, a cultura também se apropria do

turismo no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo e as suas formatações culturais. É então que surge um turismo voltado para a cultura (BATISTA, 2005).

De acordo com Bertonecello et al. (2003), o vínculo entre turismo e patrimônio apresenta-se de maneira positiva em ambos os lados, destes efeitos positivos que o conhecimento de um patrimônio pode exercer sobre os turistas estão os atos de: conhecer, valorizar e enriquecer culturalmente. Porém, por outro lado, o turismo pode ser entendido como uma estratégia para garantir tais práticas, na medida que através dele pode-se incentivar a população a executar atitudes de preservação e se apropriar daquela ideia.

Turismo cultural é o acesso a esse patrimônio cultural, ou seja, à história, à cultura e ao modo de viver de uma comunidade. Sendo assim, o turismo cultural não busca somente lazer, repouso e boa vida. Caracteriza-se, também, pela motivação do turista em conhecer regiões onde o seu alicerce está baseado na história de um determinado povo, nas suas tradições e nas suas manifestações culturais, históricas e religiosas. (BATISTA, 2005, p. 9-10)

O turismo cultural tem como objetivo também ser motivador de fatores culturais e um meio de fomentar recursos para atrair visitantes e dar mais impulso ao desenvolvimento econômico das localidades. A cultura como atrativo turístico gera atividades econômicas rentáveis com uma importância mundial que abarca elementos sociais e ambientais, mas também pode gerar impactos irreversíveis nos locais, quando massivo, desordenado e voltado exclusivamente ao lucro imediato dos empresários ou de pequenos grupos. Ao mobilizar a cultura, a identidade e a memória, o turismo enquanto fenômeno capitalista afeta frontalmente o ritmo da vida cotidiana, o sentido dos fazeres e saberes, os desejos e as necessidades das comunidades locais. Em si, produz novos nexos da existência dos sujeitos nas localidades atrativas.

Em resumo, o turismo cultural pode ser um fenômeno social que se relaciona diretamente com a vida cotidiana do lugar que se visita. Sendo assim, podem haver modificações culturais nestes destinos turísticos que podem descaracterizar a manifestação espontânea desta cultura. O turismo cultural precisa ser inserido com muito cuidado e deve procurar revalorizar e estar sempre reforçando as

manifestações culturais, ao invés de transformá-las para que se torne, exclusivamente, rentável e atrativa para os turistas. (BATISTA, 2005)

Em meio ao turismo cultural, temos uma correlação muito importante para a construção desta monografia, as políticas públicas de preservação e conservação do patrimônio. Internacionalmente, esta já é uma preocupação antiga, em 1972, a Unesco colocou em pauta a Convenção para a Preservação do Patrimônio Mundial, a qual reconhece que diversos podem ser os motivos que ameaçam o patrimônio, desde as causas naturais até a exposição e o tempo, ou até mesmo ameaças vindas das relações da sociedade com os territórios. Logo, o turismo também pode ser considerado um elemento prejudicial quando o objetivo é a preservação do patrimônio (MELO e CARDOZO, 2015).

Melo e Cardozo (2015, p. 13) ao tratarem das políticas de patrimônio alegam que as mesmas:

[...] tem como objetivo a preservação e conservação do conjunto do patrimônio pertencente ao povo em questão. Sem esta ação preliminar, a ação do tempo ou outras transformações mal planejadas podem danificar irremediavelmente o patrimônio e, com isso, perder-se a possibilidade de utilizá-lo da forma como vimos discutindo até aqui. O patrimônio cultural, material ou imaterial, somente tem sentido se existir de forma que possa ser apropriado pelos visitantes.

Por outro lado, estas políticas põem em jogo muitos interesses, principalmente questões que envolvem a propriedade particular e o interesse político. Sendo esta propriedade privada ou pública, o patrimônio é responsabilidade compartilhada com o Estado. Então, neste momento entram em choque os interesses, sendo assim, a patrimonialização e as suas políticas também precisam ser analisadas sob a ótica dos conflitos relativos a distintos jogos de poder, ideologias ou interesses.

Melo e Cardozo (2003, p. 13) exemplifica e explana que outros elementos entram nesse debate.

Para proteger o patrimônio dessas ameaças, são necessárias políticas de preservação. Essas políticas não são neutras, espelham a ideologia dos que fazem as leis. Determinar o que é digno de preservação é uma decisão político-ideológica, que reflete valores e opiniões sobre quais são os símbolos que devem permanecer para retratar determinada sociedade ou determinado momento, donde os grandes questionamentos sobre quem tem ou deveria ter autoridade para decidir.

Desta forma, as possibilidades e existências de desenvolvimento de projetos turísticos de cunho educativo e cultural com os patrimônios passam pela ação do Estado e a pressão da sociedade civil para a formulação de políticas. A solução que tem sido usada de maior sucesso são as parcerias entre o setor público e o privado. O que por vezes tem o seu lado positivo, pois, o governo no âmbito protecionista do patrimônio por muitas vezes pode demonstrar-se ineficiente.

Tornou-se inegável a relação entre o turismo cultural e o patrimônio, e atualmente, o maior desafio para o turismo é explorar os recursos patrimoniais sem chegar à exaustão e desenvolver este segmento de forma durável, com critérios e que fomente a qualidade de vida social. Assim, será benéfico tanto para aqueles que praticam como para aqueles que o acolhem. (SILVA, 2000)

A sociedade se volta, em um crescente, na lógica de comercialização do patrimônio, daí vem a necessidade da formação de profissionais devidamente capacitados para proteger o patrimônio da corrida desenfreada da "patrimonialização global" (COSTA, 2014). Esse é um processo inevitável? Sendo ou não, cabe às autoridades geri-lo da melhor maneira e colocá-lo nas mãos de profissionais que levem em consideração não só os interesses do Estado e da iniciativa privada, mas, sobretudo, à vontade e representatividade da sociedade e dos grupos sociais detentores reais dos bens em questão. Desta forma, as individualidades e diversidades poderão ser respeitadas e perpetuadas.

A composição desta área de turismo cultural e políticas de preservação do patrimônio deve ser composta por uma sistematização pautada na interdisciplinaridade, na gestão de qualidade, na educação e nas ciências sociais e humanas. De maneira que, havendo um diálogo com todas estas áreas, os impactos, danos ou benefícios para este setor sempre serão previstos, analisados e minimizados se necessário.

Fazendo a ponte entre o turismo cultural e a preservação do patrimônio, Oliveira (2020) diz que a produção do espaço urbano de Brasília foi feita pelos atores que se encontram no Governo do Distrito Federal, visando o setor imobiliário e da construção civil. O PPCUB, então, aparece para estimular a revitalização de

áreas urbanas degradadas e potencializar as áreas de interesse cultural, lazer e turismo, segundo as diretrizes de sua minuta de lei (figura 6).



Figura 6. Interior de uma Superquadra, na Asa Sul do Plano Piloto de Brasília. Cortesia de Everaldo Batista da Costa, maio de 2019.

Os interesses sociais precisam andar em conformidade com os interesses públicos e privados para a obtenção de sucesso em suas diretrizes e valores. O turismo cultural, no âmbito do PPCUB, auxilia na construção de um território caracterizado por valores nacionais, entrando em diálogo não só com o turismo cultural, mas também com seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental. Ainda assim, estudos futuros poderão se dedicar, a partir desta análise aqui realizada (que está no âmbito da narrativa sobre o PPCUB), a aprofundar as contradições dessa "patrimonialização global" explicada por E. Costa no âmbito de uma geografia do Patrimônio Mundial, geradora de paradoxos de base espacial, como retrata o autor.

CAPÍTULO 3 – PPCUB E TURISMO CULTURAL

3.1- O PPCUB: CARACTERÍSTICAS E PROPOSTAS

O intuito deste capítulo é evidenciar os pontos importantes do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) para o turismo e como este Plano pode influenciar na relação da sociedade brasiliense com esta área central do DF. Assim, operaremos os conceitos anteriormente considerados, de modo que este capítulo complementa a pesquisa.

O PPCUB consiste na proposição de um plano como instrumento básico de planejamento e controle físico-espacial do Conjunto Urbanístico de Brasília, assim permitindo uma ordenação urbanística e preservando o patrimônio tombado (MARTINS, 2015). Este plano estabelece a Área de Interesse Patrimonial, que abrange a Zona Urbana do Conjunto Tombado, a Área de Entorno e a Área de Influência (figura 7). O PPCUB fornece subsídios para a formulação do Plano de Preservação do Sítio Histórico Urbano – PPSH, objetivando o à ordenação sustentável do território para o melhor exercício das funções sociais da cidade (GDF, 2012). Assim, ele é instrumento de políticas públicas espaciais relativas ao patrimônio edificado.

São levadas em consideração, para o plano, as seguintes áreas de abrangência: Regiões Administrativas do Plano Piloto (RA I), Cruzeiro (RA XI), Candangolândia (RA XIX) e Sudoeste/Octogonal (RA XXII), somando 487,73 km². Integra esse território a área tombada do Conjunto Urbanístico de Brasília, com superfície de 112,25 km². A figura 3 destaca a área de abrangência do PPCUB.

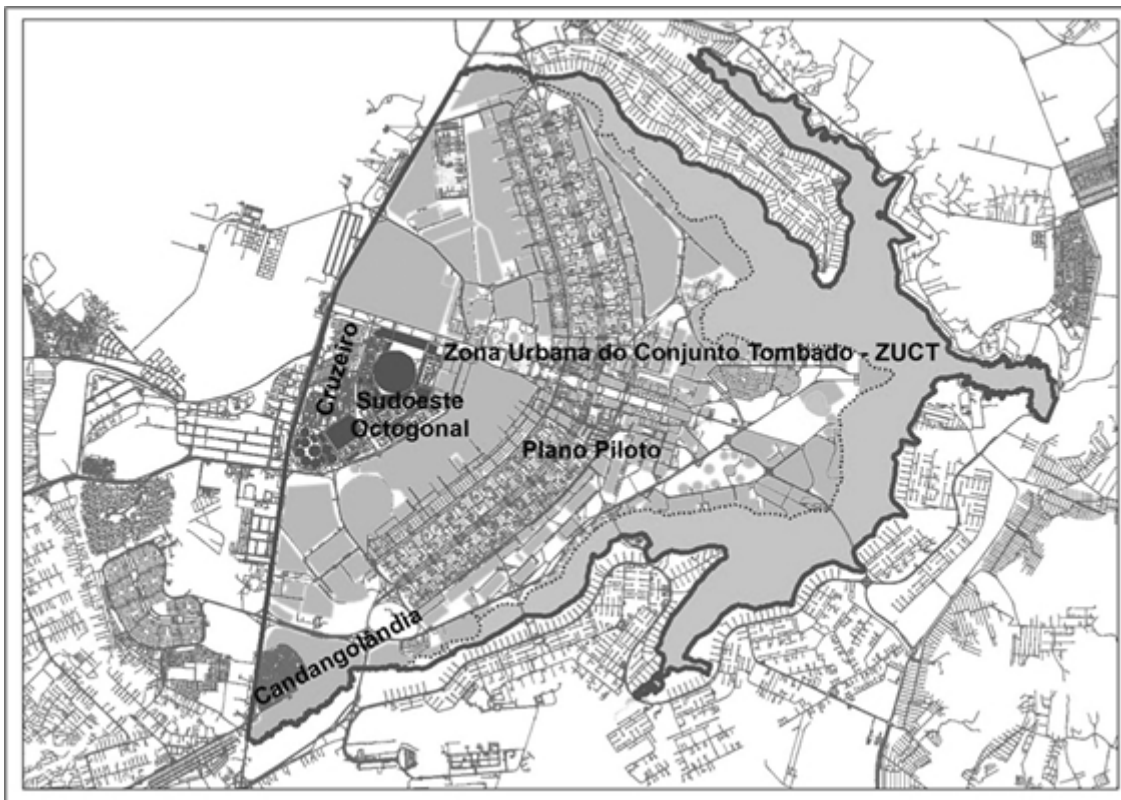


Figura 7: área de abrangência do PPCUB, poligonal da Zona Urbana/ Fonte: Seduh - DF¹

O Plano (PLC nº 52/2012) foi aprovado inicialmente pelo Conselho de Planejamento Territorial do Distrito Federal - Conplan e, em outubro de 2012, levado à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Mas, sua aprovação não foi imediata, pois houveram manifestações da sociedade e o IPHAN pediu adiamento da votação para que fossem revisados alguns pontos. No ano de 2013, uma nova versão foi enviada para a CLDF apresentando algumas propostas e alterações do documento original (MARTINS, 2015).

A UNESCO se torna uma entidade extremamente importante na elaboração e cumprimento das diretrizes do PPCUB, sendo ela a protagonista de recomendações para o mesmo. De acordo com Martins (2015), em 2010, já havia uma preocupação do órgão com o crescimento desordenado da população, mas havia sido notado que o sítio tombado ainda se mantinha intacto.

¹ Fonte: Seduh - DF:
<https://www.seduh.df.gov.br/entenda-o-que-e-o-plano-de-preservacao-do-conjunto-urbanistico-de-brasilia-o-ppcub-e-como-se-insere-no-planejamento-do-df/>

As construções irregulares e a pressão demográfica poderiam representar ameaças para que o título fosse perdido. Em sessões com o Comitê do Patrimônio Mundial, a UNESCO reportava as alterações sofridas na área tombada com a finalidade de instruir as instituições brasileiras para ações de preservação.

Então, o PPCUB surge como a diretriz controladora da preservação urbanística da cidade, sendo, de acordo com a lei, estas diretrizes gerais mais relevantes para este trabalho, de acordo com a Minuta de Projeto de Lei Complementar, capítulo V:

Art. 6º São diretrizes gerais do PPCUB:

IV- avaliação das interferências nas áreas de vizinhança do CUB, de maneira a estabelecer orientações e medidas que assegurem o resguardo de sua ambiência e visibilidade;

V- revitalização de áreas degradadas de interesse cultural e arquitetônico no CUB;

VI- fomento ao desenvolvimento de projetos turísticos, de lazer, cultura e educação à preservação do patrimônio cultural;

VII- consolidação das potencialidades do patrimônio histórico e cultural de Brasília como fator de desenvolvimento econômico e social e de geração de trabalho, emprego e renda;

VIII- elaboração de estudos e definição de normas para a preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal e das áreas de entorno dos bens tombados;

IX- promoção do desenvolvimento sustentável do CUB, harmonizando as demandas do desenvolvimento econômico e social à sua preservação e valorização;

X- estímulo ao aproveitamento da capacidade ociosa das áreas integrantes do CUB, pela complementação ou implementação ordenada de áreas, setores ou núcleos urbanos não edificadas ou pouco edificadas, onde convir à ocupação;

O Plano foi elaborado pela coordenação da antiga Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano - SEDHAB (atualmente Segeth). Desde 2009, há reuniões e discussões para a elaboração, acompanhamento e revisão, incluindo representantes governamentais e a sociedade civil. Isso visou a elaboração de um projeto de lei com todas as diretrizes para o desenvolvimento da cidade na área tombada (MARTINS, 2015).

A Lei Orgânica do Distrito Federal também define instrumentos de uso e ocupação territorial, entre eles o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT). O plano diretor é um instrumento obrigatório pela Constituição Brasileira para cidades com uma população superior a 20.000 habitantes (MARTINS, 2015). O PDOT é o plano que define as regras básicas de uso e ocupação do solo,

por controle do uso, categoria e da ocupação territorial, onde seja também levada em consideração a participação popular.

Para entender o PPCUB, Martins (2015) explica que é necessário compreender a relação do PDOT e a influência que ele exerceu sobre a formação do mesmo. O Plano Diretor de Ordenamento Territorial não expressou as reais demandas populacionais, desta forma, podemos conjecturar que não houve uma gestão compartilhada e diálogo com a população local. Neste processo, o poder público ficou acima da sociedade civil e tomba-se bens, politicamente ou dentro de estratégias benéficas a determinados grupos sociais, sem consulta popular efetiva.

Apoiado no PDOT, o PPCUB significa o princípio de que Brasília tem um instrumento legal para conciliar seu desenvolvimento urbano e a preservação do conjunto urbanístico e patrimônio tombado. No PDOT, estão previstos contratos com empresas para a elaboração da Lei de Uso do Solo (LUOS) e do Plano de desenvolvimento local. O documento oficial o PDOT estabelece que:

(...) a Emenda nº 49/2007 à Lei Orgânica estabeleceu, como preconiza o Estatuto da Cidade, um plano diretor unificado para o território do DF – o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – e um conjunto de instrumentos complementares, como a Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS, o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, a Lei de Parcelamento do Solo, os Planos de Desenvolvimento Local, o Código de Edificações, o Código de Posturas, além de outros instrumentos previstos no Plano Diretor, compondo um sistema legislativo de desenvolvimento urbano e territorial." (PDOT/DF, 2009, p. 169).

Assim, pensar em uma gestão colaborativa/participativa é inserir a sociedade civil nas tomadas de decisões e construção ativa da história do Distrito Federal, que vai além do Plano Piloto e que consiga incorporar nas políticas relativas ao mesmo o imaginário e necessidades da população que vive fora dele, mas o edificou (figura 8). É aproximar a população e permitir um posicionamento nas decisões (MARTINS, 2015). Desta forma, cabe olharmos o patrimônio de maneira diferente, levando em consideração que ele possa ser um significativo representante da identidade de uma localidade e um povo, sem ignorar a existência destes elementos e a sua influência sobre o território.

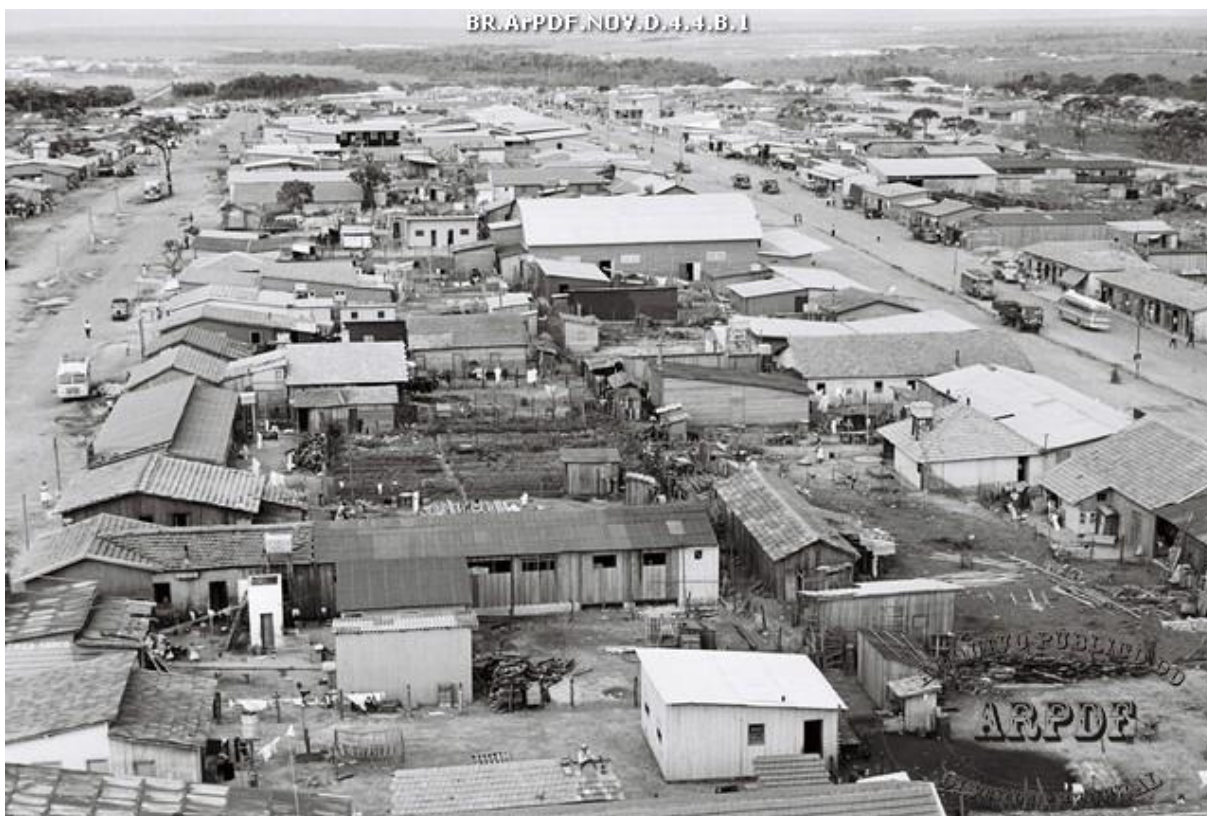


Figura 8. Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante, centro comercial que atuava durante a construção da nova cidade. Fonte: Arquivo Público do DF, 1959.

E a partir da elaboração destes projetos, Brasília passa a ter um instrumento legal que concilia a preservação do conjunto urbanístico tombado e o desenvolvimento urbano. Assim, a produção destes elementos legais para a preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal permitiu que o poder público local pudesse agir na ocupação territorial, para em seguida tratar da área tombada e os patrimônios referentes a este território (MARTINS, 2015).

3.2- PPCUB E A SUA INFLUÊNCIA NO TURISMO CULTURAL DE BRASÍLIA

O desenvolvimento urbano da capital não pode ser dissociado da valorização do seu patrimônio cultural. Desta maneira, atende-se às recomendações da UNESCO e mantém-se o respeito aos bens culturais representativos para a sociedade brasiliense, nesta área central do DF. Logo, o processo de apropriação do território pela sociedade é de grande relevância à medida que ele serve tanto para os habitantes quanto para aqueles que usam para trabalho, lazer e turismo (MARTINS, 2015).

É notório que os Projetos de Lei Complementares (PLC) ao PPCUB tenham um considerável esforço no que diz respeito à conservação de Brasília como Patrimônio Mundial e a valorização do patrimônio cultural. Sendo sempre levados em conta a preservação, manutenção e valorização do Conjunto Urbanístico de Brasília.

É de responsabilidade da Secretaria de Cultura sua valorização e promoção quanto ao patrimônio cultural edificado. Dentre os objetivos gerais do Plano está a identificação e valorização de bens culturais que sejam representativos do período de inauguração da capital (MARTINS, 2015). Assim, podemos relacionar o turismo cultural sob a ótica do PPCUB como ferramenta para o "reconhecimento da preservação como fenômeno integrado ao processo de desenvolvimento urbano e como propulsor do desenvolvimento turístico" (art. 3º, inciso IV - PLC nº 52/2012).

O documento fala do turismo como forma de fomentar o desenvolvimento da cultura, lazer e educação à preservação do patrimônio cultural (art. 5º, inciso VI - PLC nº 52/2012 e art. 7º, inciso VI - PLC nº 78/2013). O turismo dentre estes documentos aparece apenas como propositura de ações genéricas, apesar do incentivo ao desenvolvimento de projetos turísticos. Em todos os ajustes e propostas relacionadas ao PPCUB, ele aparenta ser mais um instrumento de desenvolvimento urbano do que de preservação e valorização ao patrimônio cultural da sociedade brasiliense.

Como vimos nos capítulos anteriores, o patrimônio cultural tende a ser usado como um recurso turístico e, como podemos analisar, em ambos os documentos não há especificações e aprofundamento na questão do patrimônio cultural voltada para a atividade ou fenômeno turístico. O PLC nº 78/2013 também trata do desenvolvimento do turismo localmente, e pode-se perceber que o aporte de patrimônio oficial parece ser o suficiente para as autoridades e que o turismo já se estabelece na cidade (MARTINS, 2015).

O turismo aparece com maior evidência no documento quando se fala da expansão do setor hoteleiro ou da ocupação da orla do Lago Paranoá (figura 9). Vale destacar que o projeto foi elaborado pouco antes da Copa do Mundo de Futebol de 2014, evento este no qual Brasília também iria sediar. Mas, de toda maneira, não

houveram menções sobre a Secretaria de Turismo como parte gestora deste processo.



Figura 9: Lago Paranoá (artificial, que inundou Vilas de operários da construção da capital (ver essa discussão em Costa e Peluso, 2013). Fonte: Arquivo Público do DF, 1959).

O documento dá ênfase a paisagem e o território de Brasília como maiores elementos de preservação e conservação. Assim, Bispo (2020, p. 38) nos diz que:

(...) Em 2004, o engenheiro e arquiteto paisagista Carlos Fernando de Moura Delphim apontou a necessidade de elaborar um dispositivo legal para a preservação das paisagens culturais no documento “O patrimônio natural no Brasil”, considerando a responsabilidade do Brasil em preservar os bens inscritos na lista do Patrimônio Mundial da Humanidade enquanto signatário da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972. Já em 2006, indica a “Paisagem Cultural dos céus de Brasília” como primeira declaração de paisagem cultural brasileira (...)

A autora ainda relata sobre o céu de Brasília (figura 10) ser de fato parte da paisagem natural da cidade e algo significativo reconhecido como uma beleza cênica por poetas, fotógrafos, cartógrafos, arquitetos, geógrafos, antropólogos e artistas em geral. Bispo (2020, p. 39) evidencia que “essa visão da natureza como herança emerge com clareza na concepção do projeto, especialmente ao considerar a trajetória de Lúcio Costa”. Desta maneira, podemos afirmar que o PPCUB e seus

princípios estão intrinsecamente ligados nas afirmações da autora e tem embasamento para preservação ligada a estes elementos.



Figura 10: O céu de Brasília visto da UnB ao pôr do sol (há todo um discurso sobre a beleza cênica do céu da capital). Fonte: Marina R. Velozo, junho de 2019

Entretanto, no que diz respeito à patrimonialização de alguns elementos de Brasília, há uma lacuna no setor do turismo cultural. Nesse sentido, o desenvolvimento do turismo de maneira responsável poderia ser apresentado como elemento de incentivo à preservação do patrimônio local e nacional, à medida que ele pode proporcionar a valorização desse patrimônio para moradores e turistas (MARTINS, 2015).

O PPCUB pode ser visto, neste contexto do turismo cultural, como ferramenta para firmar parcerias entre a gestão da área tombada e o Governo Federal e Distrital, assim acatando as recomendações da UNESCO sobre preservação do patrimônio cultural e natural (e, positivamente, ao incluir a população distrital de baixa renda como beneficiários de possíveis novas atividades). É importante e

necessário que haja essa articulação, pois Brasília além de possuir o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, possui as chancelas de Patrimônio Cultural do Brasil e Patrimônio Cultural do Distrito Federal.

O papel que pode ser exercido pelas duas esferas governamentais para a gestão desta área deverá estimular o desenvolvimento de projetos, programas e normas de interesse comum à manutenção do PPCUB. Além de agir de forma unificada, o poder público pode ser o fomentador de ações que desenvolvam o turismo por meio da promoção desse patrimônio, de forma compromissada com a população local, especialmente, a de baixa renda ou desempregados, por meio de projeto exclusivos.

3.3- IMPACTOS DO PPCUB NO TERRITÓRIO

Desde o princípio do processo de tornar Brasília Patrimônio da Humanidade, houve uma intensa preocupação político-social, principalmente por parte da UNESCO, com as ameaças do inchaço populacional e a expansão imobiliária no Plano Piloto. Em relatórios feitos para o Comitê do Patrimônio Mundial é clarividente a preocupação com a área tombada e a recomendação para a criação de uma aliança entre governos federais e distritais para atuarem em conjunto para a preservação de Brasília (MARTINS, 2015).

A demora dos órgãos governamentais em atender as recomendações internacionais também foi causada pelas pressões sofridas para que fossem acatadas intervenções na área tombada, principalmente pelo setor imobiliário, o que causou a demora da conclusão do Plano.

Atualmente, o PPCUB representa o principal instrumento de preservação do patrimônio cultural de Brasília. Ele traz diretrizes para a valorização do patrimônio cultural edificado e também trata do conjunto urbanístico da cidade. Não há ainda na legislação brasileira documento de maior relevância e mais completo do que o PPCUB relacionado ao território e patrimônio cultural de Brasília.

Assim, o Plano é o maior responsável por como o território e a paisagem de Brasília serão usados. Costa e Steinke (2014) nos dizem que “usos territoriais

esboçam relações de produção e, conseqüentemente, relações de poder; por esses usos, pode-se atingir a essência que rege o território e retroalimenta o poder". Como expressão deste poder territorial, Brasília se torna o símbolo do poder para o controle e a articulação do território nacional, segundo os autores.

O Plano atua sobre o território com ações estratégicas e demarcações dirigidas por atores eleitos. Assim, se a gestão de um território representa o poder governamental, o PPCUB é, não só, uma ferramenta para a preservação, e sim, também, uma ferramenta de grande porte para o controle da população, das edificações, da economia e do patrimônio, sendo o documento rodeado por ideais que vão além do patrimônio cultural de Brasília.

O controle do território por ação do poder estatal pode ser elevado a outro plano em estratégias de desenvolvimento, além do econômico-capitalístico. Urge a utopia necessária da justiça social ante a potência idealista e pragmática do crescimento econômico e da modernização tecnológica (COSTA e STEINKE, 2014. P. 4-5)

Segundo Costa & Steinke (2014), Brasília, lugar do poder nacional, foi idealizada e construída para difundir decisões políticas, infraestruturas e novas centralidades em um território continental que deveria se unificar ou se articular, de forma que o Estado cria mecanismos para o controle do poder sobre o território e as ideologias que permeiam estas decisões relacionadas ao território. Não diferente do habitual, apesar de muito útil e importante, o Plano também ecoa estes interesses, que são claros, quando analisamos o documento do PPCUB e o PDOT em relação principalmente ao olhar do turismo.

Então, neste contexto do território sob o olhar do PPCUB, podemos analisar que há um afastamento da população brasiliense das outras Regiões Administrativas sobre os patrimônios culturais localizados no Plano Piloto, com a justificativa de que estes eventos de tombamento e preservação aconteceram visando principalmente outros ideais que vão além dos interesses populacionais e a perpetuação da cultura local.

Assim, a formação da identidade da população distrital tenta se estabelecer à medida que haja, em alguns aspectos das políticas implementadas pelo Governo, uma identificação com e aproximação da população. Mas, isso não quer dizer que

exista uma relação com esses espaços territoriais ou monumentais que seja significativa ou atraente para a população. Então, a memória nesta pauta entra como elemento primordial para que não sejam apagados costumes, crenças e ritos de um povo.

(...) a refuncionalização do patrimônio que está além dos limites impostos pelo tombamento, não só em sua ambiência (entorno e Regiões Administrativas), mas em seu caráter simbólico, representativo de uma memória viva (MARTINS, 2015, p. 100)

A preservação do patrimônio apresenta-se complexa e onerosa em todas as instâncias, mas ao olharmos a identidade territorial, permite que a apropriação seja sensível por parte daqueles indivíduos que a vivenciam. De acordo com Faria (2009, p. 263), "o verdadeiro patrimônio da cidade não é o patrimônio físico, mas sua história".

Assim como a sociedade contemporânea, o turismo vem se desenvolvendo com a valorização da cultura regional, cujas particularidades locais são vistas como elementos de diversificação (MARTINS, 2015). Esse sentimento de alcançar a individualidade de um grupo social pode se dar por meio do contato com seus bens culturais.

O crescimento desordenado de Brasília fez surgir espaços de multiplicidade cultural nos quais se apresenta uma variedade de valores sociais. Porém, a cidade ainda é referência por seu aspecto monumental e estético estabelecido pela arquitetura modernista, no seu conjunto central. E esse pressuposto desperta a motivação para atrair visitantes.

Deve-se observar, contudo, que o turismo cultural ainda é carente de diretrizes para potencializar seu desenvolvimento, assim como também é perceptível a falta de articulação entre as unidades governamentais para uma atuação eficaz que proporcione a valorização do patrimônio cultural através do turismo (MARTINS, 2015).

Costa (2014) reforça o pensamento explanado neste capítulo, ao afirmar que a síntese desse processo se reflete nas intervenções setorializadas, as quais imprimem sua lógica no território (mediante a patrimonialização dos lugares, dos

objetos e de tradições, de forma contraditória). Então, pode-se concluir que o território influencia o modo como o processo cultural identitário e a memória vão se comportar, pois envolve usos (SOUZA, 2019). Assim, pode-se afirmar que o território usado, apropriado e vivido, como fator de desenvolvimento e de responsabilidade assumido pelo Governo, exerce influência direta na sociedade. Então, o processo de apropriação da cultura do local, em grande parte, também sofre influência das ações governamentais. Conseqüentemente, haverá uma apropriação ou um afastamento da população, influenciando, assim, o turismo cultural do local.

De acordo com Holanda (2012), podemos fazer uma válida reflexão acerca do Plano de Preservação. O autor nos diz que “Há uma recorrente alergia para com a ocupação popular dos espaços públicos em Brasília”, e apresenta exemplos de situações as quais revelam o processo de tombamento dos espaços públicos de Brasília mais como uma higienização urbana do que uma preocupação com a paisagem urbanística. O autor cita o exemplo da remoção da feira da Torre de TV como uma agressão ao patrimônio imaterial: “A Feira da Torre de TV não agride o patrimônio. A remoção agride, sim, a valorização internacionalmente conferida ao patrimônio imaterial – como era a “feirinha” há mais de quarenta anos”. Ele cita estes exemplos como formas de afastamento populacional do que é realmente relevante para a comunidade que usufrui destes espaços.

Holanda (2012) ainda cita espaços de Brasília que já são “consolidados” como espaços vazios tal como a área onde há a Catedral Militar Rainha da Paz (figura 10), que é uma área retangular, gramada, central, entrevias de 2.500 m de extensão por 170 m de largura que está ocupada apenas por este monumento. Espaço este onde há pouca visitação, procura e identificação.



Figura 11: Catedral Militar Rainha da Paz, no Eixo Monumental do Plano Piloto. Fonte: <http://www.brasilianatrilha.com.br/2016/03/catedral-militar-rainha-da-paz.html>

Esta área, por ser central, poderia ser mais trabalhada para que houvesse uma busca populacional ou por visitação e um sentimento de pertencimento significativo, especialmente da população de outras cidades do DF.

O urbanismo moderno fez muitos pensarem que há um só tipo de desejo de morar na cidade. No caso de Brasília, pelo projeto, esse desejo único corresponderia às superquadras ou às mansões do lago. Desde o princípio isso se revelou uma falácia. Há muitos tipos de desejos de morar e muitas formas de morar inseriram-se na cidade como fissuras urbanas – muito saudáveis. Deixar a cidade assim se transformar   abrigar a diversidade – g mea siamesa da urbanidade. Algo ausente do PPCUB. (HOLANDA, 2012, p. 9)

Assim,   possível identificar que há diversas problemáticas relacionadas ao planejamento e execução do PPCUB, principalmente envolvendo a área central de Brasília, por questões de representatividade e pertencimento que podem, e devem, influenciar a vida dos habitantes do território. Neste sentido, Holanda (2012) retrata que “Preocupações quanto   configuração do espaço público aberto simplesmente inexistem (a não ser recomendações genéricas quanto ao seu mobiliário,

arborização etc.)” por parte do plano em tela. Espaços estes que são, em sua maior parte, do lazer e de atividades recreativas dos moradores da cidade. Estes espaços, por muitas vezes, podem representar diversos grupos sociais e múltiplas culturas populares.

Então, deste modo, podemos dizer que o impacto territorial do PPCUB influencia diretamente a maneira como a vida do habitante vai sendo gerida, dentro desses espaços tão importantes para a comunidade.

Holanda (2012) ainda afirma que o documento carece de atenção para com o âmbito local e destaca que os espaços públicos têm a ocupação mal gerida, onde só há ocupação quando em circunstâncias excepcionais, não no dia a dia da cidade. Assim, poderia haver o melhor aproveitamento do espaço com atividades cotidianas, que aproximam a população local, para relacionar um espaço urbano vital e distribuição temporal das atividades.

Segundo Holanda (2012, p. 13):

O PPCUB reproduz a visão moderna clássica da cidade: os objetos de atenção são os setores da cidade. As normas nunca dizem respeito aos espaços entre as massas edificadas – concentram-se nos índices dentro das parcelas. As regras estão relacionadas às “unidades de preservação” cujos limites são vias arteriais importantes que, entretanto, não são objeto de atenção enquanto definidas pelas massas edificadas lindeiras (...)

Há sempre um paradoxo entre “o que pode ser melhor para a paisagem da cidade” e “o que pode/será melhor para a população habitante de Brasília”. Assim, o PPCUB se torna a hegemonia do urbanismo moderno, contestado em diversos lugares do mundo, por causar danos aos espaços para a vida pública (HOLANDA, 2012). As qualidades de Brasília, assim, estão além do seu projeto urbanístico. Alguns de seus problemas estão ligados a isso. Sanar os problemas pendentes da cidade é libertá-la das circunstâncias (problemáticas, podemos dizer) em que ela foi gerada, dando mais voz e vez aos tantos grupos sociais diversos de cultura e costumes, amplos, que tanto podem agregar (e já vem agregando) sentido e identidade aos espaços que lhes pertencem (HOLANDA, 2012).

3.4- ANÁLISE E METODOLOGIA: A POPULAÇÃO E A SUA PERCEPÇÃO DO TURISMO E O PATRIMÔNIO ENQUANTO IDENTIDADE E MEMÓRIA

Com a conclusão da primeira, segunda e terceira fases do estudo, acredito já estarmos de posse de um plano de análise onde podemos perceber variáveis que nos levam para medição dos resultados, de forma que é permitido perceber a visão de quem nasceu e viveu em Brasília desde o início da cidade. De modo que os únicos fornecedores destas informações primordiais para a monografia são oriundos do lugar. Nesta pesquisa, foram utilizados os questionários aplicados à população que vivencia a cidade no cotidiano e participa ativamente do dia a dia dentro da cidade e de alguma forma tenha interação cultural com a cidade.

Por fim, as informações coletadas por esta pesquisa qualitativa foram analisadas como resultados obtidos no processo de investigação, à luz do referencial teórico, para que se possa compreender dimensões da memória e identidade individual e coletiva, ocupação do território e reais impactos do PPCUB e como produto o turismo cultural, no cenário de Brasília.

Devido a motivos de pandemia de COVID-19, os questionários aconteceram de modo virtual, aberto a 100 pessoas (amostragem). Obtivemos resultados e respostas de 45 pessoas. Como a pesquisa tem o caráter qualitativo, o que é considerado importante para o resultado final é a estratégia estabelecida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", pois o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto na vida real (YIN, 2001, p. 19).

Os conceitos e modos de interpretação feitos nos capítulos precedentes são resgatados neste momento, de forma que contribui para discussão sobre a importância de estímulos sociais para a formação de identidade.

Almejando o objetivo geral desta pesquisa “analisar a luz do PPCUB a proposta do governo para o desenvolvimento do turismo cultural e a sua narrativa de identidade de Brasília” utilizou-se o método de interpretação e análise dos dados coletados a triangulação que, para Triviños (1987), é a análise metodológica apoiada no tripé sujeito, objeto e fenômeno. A razão pela qual esta metodologia foi escolhida,

trabalhando com três vértices de investigação, justifica-se no sentido que, ainda que um ponto se apoie um no outro, devem ser trabalhados de forma isolada, complexos por si próprio podendo integrar o todo (BRAGA; TUZZO, 2016, p. 141).

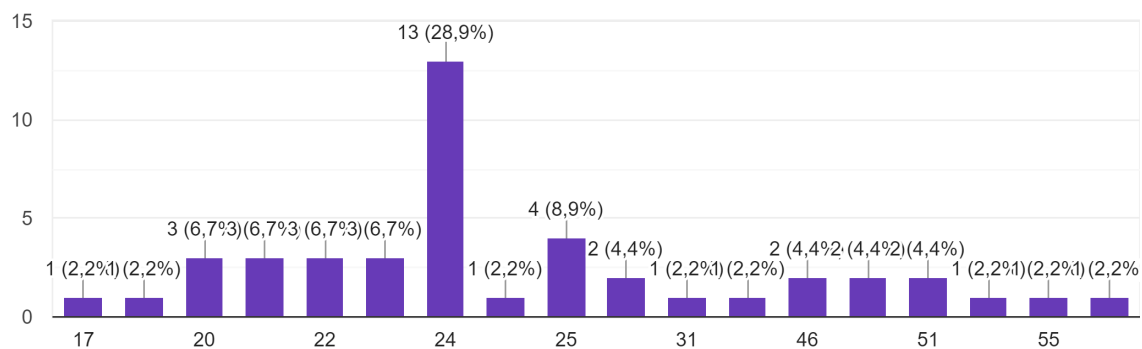
Nesta terceira e última etapa da monografia, foram realizadas entrevistas semiestruturadas que combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto (ver Apêndice A). Entendeu-se que o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

Dos moradores que responderam o questionário, 28,9% tinham 24 anos, e 70,5% tinham o ensino superior completo ou incompleto. Podemos então afirmar que o nível de escolaridade e conhecimento ao que diz respeito aos temas norteadores desta pesquisa podem já ter sido abordados em algum momento da vida acadêmica deste grupo. Expressando a maior parte dos números, foi explicitado que 84,1% dos entrevistados nasceu e foi criado em Brasília, sendo a segunda maior porcentagem desta pesquisa o número de 9,1% das pessoas que moram há mais de 20 anos em Brasília. Quando perguntado sobre “o que é cultura para você?” 75% dos entrevistados responderam que “Aquilo que pode me representar ou representar um grupo social específico”, e quando questionado “o que é identidade para você?” 63,6% responderam que “Expressões, lugares, ritos ou religiões que podem identificar e unir um grupo social”. Sobre o turismo cultural, 47,7% dos entrevistados responderam que talvez soubessem o que é.

Gráfico 1: Faixa etária dos entrevistados

Quantos anos você tem?

45 respostas

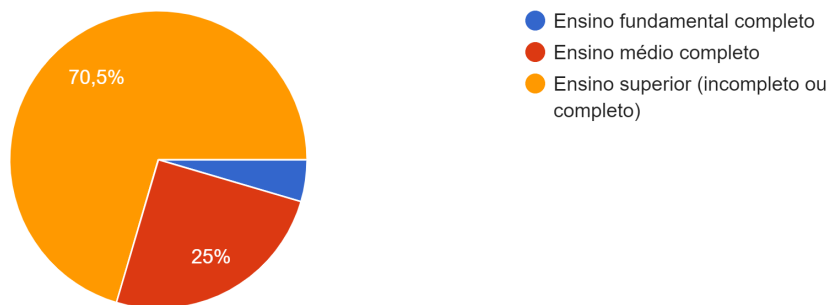


Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 2: Nível de escolaridade dos entrevistados

Qual seu nível de escolaridade

44 respostas

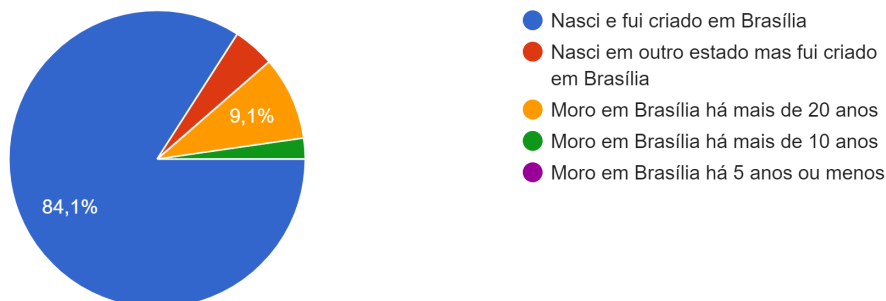


Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 3: Tempo de moradia em Brasília

Há quanto tempo você mora em Brasília?

44 respostas

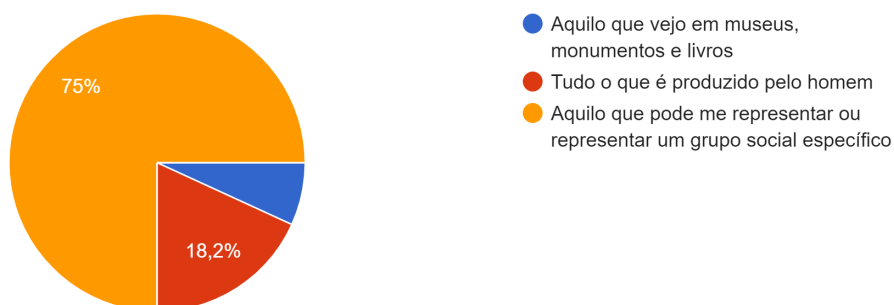


Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 4: Percepção sobre cultura

O que é cultura para você? (não há resposta correta)

44 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Resgatando o que já abordamos no capítulo dois, de acordo com Lévi-Strauss (2011), a ciência explica que todas as sociedades humanas produzem diferentes objetos, ideias, representações simbólicas e comportamentos, que se pode denominar *cultura*. Assim, este patrimônio pode então ser material (ou seja, visível, palpável, como artefatos) ou imaterial (o que não é visível, como danças, rituais ou uma religião), e são reproduzidos de acordo com a memória social de um grupo. Nesta conformidade, podemos observar que os participantes que responderam o questionário tem uma noção do que pode ser um patrimônio cultural para uma

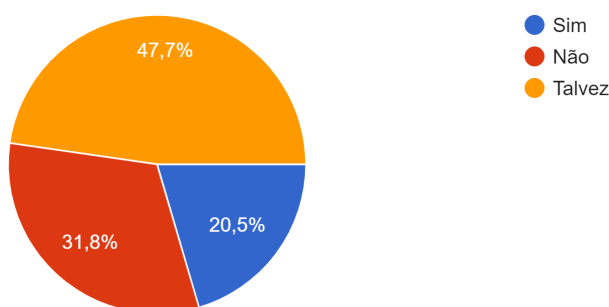
sociedade. Sendo levado em consideração qualquer produção cultural que seja representativa de um todo ou um grupo específico.

Pontes (2014) ao falar sobre as teorias de Bauman (1973) afirma que a sociedade e a cultura, assim como a linguagem, auxiliam a manter a identidade, mas que ela não se mantém a mesma por muito tempo, ela sempre vai permanecer em mudança, além de ser uma concepção da sociedade moderna e ser associada à liberdade de se expressar e produção artística. Diante dos diálogos coletados, podemos perceber que os participantes se sentem enquadrados dentro destes conceitos amplamente discutidos por muitos autores e filósofos desde a antiguidade, eles vivenciam, experimentam o lugar e tem alguma relação afetiva com ele. Nestas respostas vemos a noção e a importância que a população dá à diversidade cultural que é evidente no cenário de Brasília.

Gráfico 5: Percepção sobre Turismo Cultural

Você sabe o que é turismo cultural?

44 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Sobre o turismo cultural, podemos dizer que se apresenta como uma importante alternativa dentre todas as vertentes do turismo. De acordo com Pérez (2009, p. 108), “não pode existir turismo sem cultura, daí que possamos falar em cultura turística, pois o turismo é uma expressão cultural”. Além do mais, o turismo pode ser visto como uma das maiores atividades a fomentar o contato entre culturas,

peças, povos e grupos. Observando as respostas deste estudo monográfico, podemos ver que há uma certa insegurança em afirmar o saber sobre o que é turismo cultural, mas, em conformidade com o autor acima citado, se os candidatos sabem o que é cultura e o que é turismo, então eles sabem o que é turismo cultural. De maneira que não tem como falarmos de turismo e a cultura não está implicitamente ligada a este fenômeno.

Neste momento, essas perguntas foram abertas aos entrevistados. Foi questionado “explique de modo breve o que entende por turismo cultural” para a porcentagem de pessoas que responderam que sabiam o que era o turismo cultural (20,5%), o segundo entrevistado respondeu que: “Lugares e costumes que representam determinado estado e sociedade.”, o quarto candidato disse que “Turismo com o fim de conhecer diferentes culturas locais” também para exemplificar o que a comunidade entende por turismo cultural obtivemos as seguintes respostas “Turismo cultural é aquilo que abrange a moral e a ética de um indivíduo, grupo, uma tribo ou uma sociedade.”, “Uma imersão na cultura a que se visita”, “Turismo cultural se apresenta como algo acessível para a comunidade, gerando acesso a informação de forma igualitária” e também “Turismo voltado para lugares, eventos, exposições, performances e produtos ligados ao modo de viver e identidade de um determinado povo”. Apoiados no que Batista (2005, p. 9-10) define por turismo cultural, como sendo o acesso à informação de como uma comunidade ou grupo social se expressa, todas as respostas se tornam válidas.

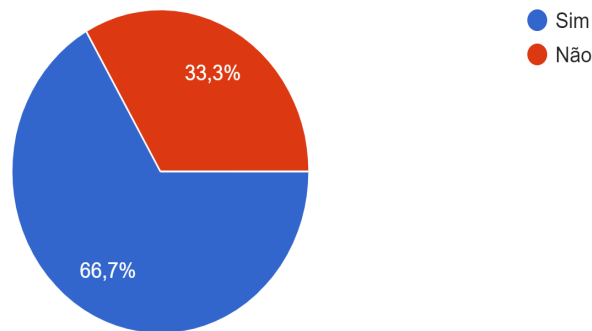
No dicionário da língua portuguesa, representatividade aparece como: “qualidade de alguém, de um partido, de um grupo ou de um sindicato, cujo embasamento na população faz que ele possa exprimir-se verdadeiramente em seu nome” (DICIONÁRIO AURÉLIO DE PORTUGUÊS, 2019). Trata-se, então, de um indivíduo ou uma entidade (político, partido, sindicato etc.) que está fundamentado na habilidade de representar um interesse ou grupo social. Termo atualmente muito usado quando abordamos temas políticos e de interesses sociais, geralmente usados para algumas minorias desses grupos sociais.

Quando questionado sobre representatividade individual em relação à arquitetura e urbanização de Brasília, que é o que podemos colocar como parte da identidade e memória, os entrevistados responderam de acordo com o gráfico 6.

Gráfico 6: Percepção sobre a arquitetura e urbanização de Brasília

Você se sente representado pela arquitetura e urbanização de Brasília?

45 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 7: Identificação do símbolo brasileiro que mais representa o entrevistado.

Qual tipo de símbolo brasileiro mais te representa?

45 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do gráfico 7, podemos concluir que, os espaços públicos e os monumentos são os símbolos brasileiros que mais representam a população entrevistada, tendo em vista uma porcentagem igual para ambas alternativas (31,1%). Estes espaços também fazem parte da zona de preservação do PPCUB e a

maneira como são manejados e preservados pode influenciar diretamente em como haverá a ocupação e ressignificação desses espaços e monumentos. Trazendo à tona uma discussão já abordada nos capítulos anteriores, uma das problemáticas levantadas por este trabalho com relação à elaboração do PPCUB é a falta de consulta pública para formular suas regras e interpretações dos tombamentos. O turismo cultural pode se tornar uma ferramenta para que esta pauta sobre identidade e memória seja fortalecida por parte da população e se torne um ponto de referência nesta vertente, sendo o PPCUB o responsável por manejar o modo como os espaços e monumentos da capital irão se comportar ou ser usados, mediante ao fenômeno do turismo cultural.

Se refletirmos sobre possíveis propostas de práticas turísticas a partir desta linha de pensamento, podemos levar em consideração um possível roteiro interpretativo para Brasília, com foco nos espaços públicos e monumentos símbolos do Plano Piloto e mesmo do DF, em conexão, como propõe Costa (2017) naquilo que ele define como “roteiros patrimoniais utópicos”.

Dessa forma, o turismo cultural pode ser fortalecido na cidade e abrir caminhos para que não só os turistas saibam e conheçam um pouco mais sobre o que os brasilienses enxergam como parte representativa da sua identidade e memória, assim como o fortalecimento da mesma e a inclusão da população local de outras cidades distritais no processo de visitação. O roteiro pode oferecer ao turista conhecimento sobre o patrimônio cultural local, além de proporcionar uma mudança de mentalidade sobre o mesmo, proporcionando assim hábitos melhores em suas viagens, valoração e conexão do patrimônio natural e cultural, de maneira que a busca pela preservação e proteção dos lugares acontecerá de maneira interessada.

Sobre o que é o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), 84,4% dos entrevistados responderam não saber o que é o Plano. Aos que responderam “sim” abriu-se o formulário para a definição do que eles entendiam por PPCUB, e houveram respostas como: “Lugares e costumes tombados pelo patrimônio histórico mundial.” - 2º entrevistado; “A conservação de monumentos e lugares de Brasília.”- 6º entrevistado; “Conservar as obras antigas de Brasília” - 12º entrevistado. Sendo as respostas coerentes, mas não em conformidade com o que o

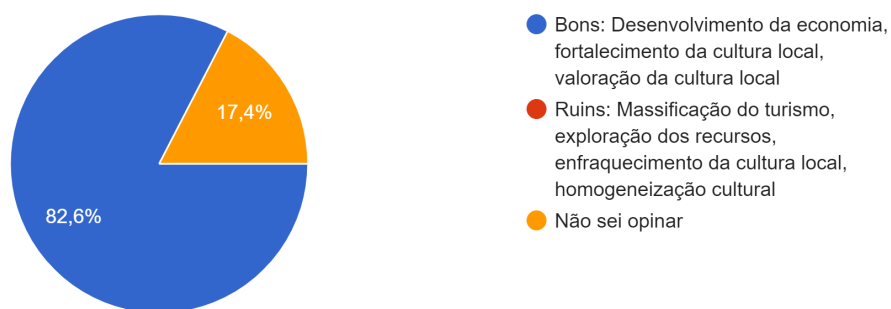
plano estabelece em seu documento oficial, evidenciando assim um profundo desconhecimento dos moradores em relação ao Plano.

Sobre os impactos do turismo cultural em Brasília, considerando todas as problemáticas e benefícios que o envolve, foi perguntado aos entrevistados sobre sua perspectiva com relação ao mesmo. Foi surpreendente a resposta, considerando que quase todos os candidatos consideram o turismo cultural algo positivo e nenhum deles o enxerga como algo negativo ou prejudicial à cidade.

Gráfico 8: Percepção sobre os impactos do Turismo Cultural em Brasília

Você acha que o turismo cultural pode ter quais tipos de impacto sobre Brasília?

46 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Pode-se, então, analisar que a população tem uma visão positiva sobre o turismo cultural. Mas, de encontro ao que temos retratado nesta pesquisa, como não há participação da população na elaboração do PPCUB, e muito menos de projetos sobre turismo cultural, este aproveitamento sobre o olhar positivo pode ser pouco aproveitado. Não há diálogo claro com a população e o processo de tombamento e inclusão do turismo cultural em uma vertente mais ampla parece algo distante da realidade ou do momento. Fica uma lacuna entre o GDF, o PPCUB, o turismo cultural e a representatividade da identidade e memória do patrimônio local através da sociedade habitante. É válido considerar que talvez se a população tivesse participado da elaboração do PPCUB a visão sobre os espaços e monumentos fossem mais promissora. Essa consideração tem em vista a diferença entre o que

hoje enxergamos sobre o que é o patrimônio cultural de Brasília e o que se enxergava quando começou a especulação sobre a elaboração do Plano de Preservação.

Assim, podemos concluir que, mediante aos resultados desta pesquisa, a população vê os monumentos e espaços públicos de Brasília como parte da identidade individual, tendo em vista o gráfico respondido sobre a representatividade dos símbolos de Brasília que mais os identificam, e se sentem representados por esta “aura e arquitetura modernista” que compõem a cidade. Podemos também fazer relação com o sentimento de pertencimento que os espaços públicos e parques proporcionam para os moradores, tendo em vista principalmente que nestes lugares acontecem a grande maioria de atividades de lazer e ócio das famílias brasilienses. É importante enfatizar que o turismo cultural pode se tornar uma ferramenta para o fortalecimento de expressões culturais e identidade da população local. Desta forma, fica expressa sua importância para impulsionar a defesa e democratização do patrimônio cultural, com raízes na memória individual e coletiva.

Assim, podemos perceber que o PPCUB, apesar de suas lacunas em relação a conservação do patrimônio, pode se constituir, ainda, em uma ferramenta de grande importância na construção da identidade e memória dos moradores de Brasília.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o propósito de elencar os diferentes aspectos que permitem que exista lacunas em relação à identidade e memória do brasiliense. Existem muitas questões que influenciam e interferem na relação do indivíduo com a cidade e como exemplo disso, tratamos do PPCUB como a principal ferramenta de observação e impacto direto nessa relação.

Sobre os objetivos propostos inicialmente, o primeiro objetivo específico consistia em “levantar dados bibliográficos sobre a construção identitária de Brasília a partir do patrimônio cultural turístico”. Rapidamente podemos notar que a construção identitária é algo pensado, discutido e planejado há muito mais tempo do que geralmente se imagina, mas que no fim das contas, hoje essa formação não se deu como da maneira proposta, afinal de contas, o ser humano é sempre imprevisível e inovador em seus diferentes comportamentos.

Em conformidade com a pesquisa realizada, temos os dados apresentados sobre o questionamento de quais expressões culturais mais representam os moradores da cidade, quando a resposta foi “os espaços públicos”. São realizados diversos projetos para a ocupação desses espaços públicos para que haja sempre essa troca da sociedade com a cidade, como por exemplo a plataforma “Espaço Público/ Brasília” que foi pensada para que os indivíduos tenham um espaço para mandar as suas ideias de como ocupar os espaços públicos com saraus, shows, festas, roda de samba, feira, horta comunitária entre outros, mas os espaços públicos também dizem a respeito de como a cidade está sendo gerida e assistida, podemos dizer então que os espaços públicos é um grande ponto em potencial de diálogo entre o Estado e a sociedade.

A partir do segundo objetivo específico; “Identificar a atuação do governo sobre a execução do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília e suas consequências” concluímos que há interesses sobre este Plano para além do que diz respeito à preservação do conjunto urbanístico e do patrimônio histórico de Brasília. De maneira que podemos afirmar que há algumas lacunas com relação a este documento enquanto ferramenta para atender a sociedade e o patrimônio histórico de Brasília. Sendo notório (desde a rapidez da aprovação de Brasília na

lista de patrimônios da humanidade) os interesses políticos e muitas vezes de higienização dos espaços que o documento trata, até os espaços que ele considera como zona de preservação tombada desde 2017. Acredito que, por não haver conhecimento profundo sobre o PPCUB, a população não consegue reconhecer tais interesses por parte dos representantes políticos, o que poderia ser um ponto muito importante para se levar a discussão para a conscientização da comunidade sobre os patrimônios culturais de Brasília e a forma como são geridos. Estes interesses são notórios quando analisamos o documento de forma crítica e levando em consideração a população e não apenas o território e a paisagem.

Tendo em vista o último objetivo específico de “Analisar a percepção do morador para com o patrimônio cultural turístico de Brasília, com a principal intenção de pontuar quais patrimônios culturais de diferentes expressões tiveram maiores influências na formação da sua identidade” inferiu, a partir dos dados, que as relações entre o cidadão brasileiro e a arquitetura, monumentos e os espaços públicos da cidade são estreitas, no que diz respeito ao pertencimento com relação ao patrimônio. De forma que eles se sentem representados e têm algum relacionamento identitário com estes espaços. Relacionamento identitário este que podemos perceber em suas respostas ao questionário, e que podemos identificar que se expressa de uma forma também afetiva frente ao critério de representatividade usado durante as perguntas.

Durante a realização desta pesquisa foi feito um levantamento de uma série de dados que levaram a observação de que não existe uma participação ativa do turismo no que diz respeito ao PPCUB e nem da Secretaria de Turismo nos projetos da cidade. Nos levando a refletir que há essa falta de diálogo do Governo do Distrito Federal com os gestores do turismo, e a sociedade gerando uma lacuna no desenvolvimento de projetos em conjunto, sendo assim, podemos afirmar que há muito o que ser desenvolvido com relação ao turismo, e que este fenômeno não está sendo explorado de forma eficaz. Assim, o turismo não está sendo pensado pelo poder público e nem pela sociedade que aqui habita.

Assim, seria possível perceber o que é necessário para que haja uma conexão e apropriação mais intensa entre a cidade e o cidadão. Apesar de já haver um avanço de alguns projetos individuais relacionados à ocupação dos espaços de

Brasília, como o SCSTour que envolve o turismo criativo (o grupo que realiza esse tour é o NoSetor, um coletivo de voluntários e alunos da UnB que atuam com os moradores em situação de rua que vivem no SCS). Não vemos interesse por parte pública de incentivo ao fortalecimento dos costumes e cultura cultivada na capital.

Finalmente, em resposta ao objetivo geral de “analisar a luz do PPCUB a proposta do governo para o desenvolvimento do turismo cultural e a sua narrativa de identidade de Brasília” não se pode dizer que o turismo cultural no Distrito Federal tenha exercido um papel de relevância na formação de identidade do brasiliense. O que se pode afirmar é que em Brasília há uma série de programas e projetos, especialmente fomentados pelas universidades, que poderiam fazer parte dos Planos e projetos de turismo elaborados e aprovados pelo governo que se enquadram na tela de formação e fortalecimento da memória e identidade cultural da cidade. Alguns destes projetos têm a iniciativa vinda da universidade e são elaborados e executados pela UnB, como o Pitadas do Cerrado que é um projeto que busca a sensibilização ambiental por meio de práticas gastronômicas com frutos do cerrado. O trabalho ocorre em três frentes: gastronomia, educação ambiental e comunicação. O projeto desenvolve atividades como o Pequinique, uma trilha sensorial pelas árvores da UnB, e o programa Pitadas do Cerrado da UnBTV. Também tem o Projeto de Turismo Rural com a comunidade Kalunga, o Centro de Excelência em Turismo ministrou, no mês de janeiro de 2007, o curso que capacitou cerca de 30 membros da comunidade Kalunga, no município de Cavalcante, nordeste do Estado de Goiás, como Condutores de Visitantes. A iniciativa contou com Parceria do Sebrae-GO e foi útil tanto para desenvolver a atividade turística na região quanto para inserir esses cidadãos na sociedade. Estes programas e projetos que já existem têm a possibilidade de exercer um importante papel para a formação de identidade, mas não andam em parceria com os projetos do Governo do Distrito Federal na maioria das vezes, por falta de interesse da parte pública.

Por fim, a reflexão que incito é relacionada a gestão do turismo cultural de Brasília que acontece de forma falha juntamente com as lacunas do Plano Urbanístico. Assim, com a rica cultura que lhes é carregada pelos antepassados, para que Brasília se desassocie da figura de centro político-administrativo que lhes é unicamente atribuída e possa passar a ser vista também como um berço de grandes

culturas e riquezas de produção cultural para além da arquitetura urbanista. Desta maneira teríamos a otimização da forma de gerir estes três pontos citados (patrimônio, turismo cultural e PPCUB) para o benefício tanto da cidade e seus moradores quanto para os visitantes que por aqui passarem.

REFERÊNCIAS

“Arquitetura e Urbanismo da Nova Capital – O concurso para o plano piloto”, **Revista Brasília**, número 03, ano 1, março de 1957.

ALVARADO-SIZZO, I; COSTA, E. Situación geográfica turística en la era urbana y devenir campo-ciudad en América Latina. **Investigaciones geográficas**, n. 99, 2019.

ARAÚJO, M. R. M. Turismo cívico e a formação da identidade cultural nas crianças brasilienses. 2019. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BARRETO, M. Turismo e legado cultural. Campinas: Papyrus, 2000.

BARRETTO, M. Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento. Papyrus, 2000.

BATISTA, C. M. Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno virtual de turismo**, v. 5, n. 3, p. 27-33, 2005.

BERTONCELLO, R.; CASTRO, H.; ZUSMAN, P. Turismo y patrimonio en Argentina. Hacia una conceptualización desde las geografías culturales. **Unión Geográfica Internacional**. Encontro As dimensões históricas da relação entre espaço e cultura, p. 10-12, 2003.

BERTRAN, P. História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília, Brasil: Solo Editores, 1994.

BISPO, A. N. de M. Da perspectiva edênica à concepção paisagística de Brasília, cidade-parque. **PatryTer**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 35–50, 2020. DOI: 10.26512/patryter.v3i6.26965. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/26965>. Acesso em: 08 set. 2021.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/%25x> .Acesso em: 11 de out. de 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Brasília. Administração Regional de Brasília. Brasília 01/14. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasil/historico>. Acesso em: 29/07/21

CARPINTERO, A. C. Brasília: prática e teoria urbana no Brasil. Tese (Doutorado), FAU-USP, São Paulo, p. 154, 1988.

CARVALHO, P. Patrimônio Cultural e iniciativas de desenvolvimento local no espaço rural. Território, do Global ao Local e Trajetórias de Desenvolvimento. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos, p. 199-227, 2003.

CEBALLOS, V. G. “E a história se fez cidade...”: a construção histórica e historiográfica de Brasília. 2005. Tese (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.

CHOAY, F.; L'ALLÉGORIE DU PATRIMOINE, Éditions du. Seuil. 1992.

COSTA, E. B. da. 2017. “Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia.” Cuadernos de Geografía: **Revista Colombiana de Geografía** 26 (2): 53-75. doi: 10.15446/rcdg.v26n2.59225. Acesso em: 22 de out. 2021

COSTA, E. B. et al. Realização social da natureza pelo turismo na Chapada dos Veadeiros. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 25, 2015.

COSTA, E. B. Fundamentos de uma emergente patrimonialização global. **Geografia**, v. 39, n. 2, 2014.

COSTA, E. B. Intervenções em Centros Urbanos no Período da Globalização. **Revista Cidades**, v. 9, n. 16 (2012). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/2374/2118>. Acesso em: 20 set. 2021.

COSTA, E. B. TRINCA FIGHERA, D., ALVARADO SIZZO, I., & OLIVEIRA, R. Retos geográficos en tiempos de pandemia y la actualidad de Milton Santos - Editorial. **PatryTer**, 4(8), 2021. <https://doi.org/10.26512/patryter.v4i8.39087>

COSTA, E. B. Utopismos patrimoniais pela América Latina, resistências à colonialidade do poder. XIV Coloquio Internacional de Geocrítica. Maio de 2016.

COSTA, E. B.; PELUSO, M. Territórios da memória candanga na construção da capital do Brasil (1956-1971). **XII Simpurb-Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, p. 1-28, 2013.

COSTA, E. B.; SIZZO A. I. Heterotopía Patrimonial: Concepto para Estudios Latinoamericanos. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias**

Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, Vol. XXIII. Número 620, agosto de 2019.

COSTA, E. B.; STEINKE, V. A. Brasília Meta-síntese do Poder no Controle e Articulação do Território Nacional . Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, Vol. XVIII, núm. 493 (44), novembro de 2014.

COSTA, E. B.; SUZUKI J. C. A ideologia espacial constitutiva do Estado nacional brasileiro. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XVI, nº 418 (6), novembro de 2012.

FARIA, G. B. de. "O turismo em Brasília à luz da interpretação do patrimônio". In: STEINBERGER, Marília (org.) Territórios Turísticos no Brasil Central. Brasília: LGE Editora, 2009. p. 249-273

FERNANDES, J. L.; CARVALHO, P. Heritage as a reintegration strategy in the frontier regions: an example from the luso-spanish borders (a study of Elvas). In: **Book of Abstracts of the Second International Conference Urban Development: A Challenge for Frontier Regions**. 1998. p. 56-57.

FONSECA, M. C. L. et al. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 1997.

FONSECA, R. P. A Ponte de Oscar Niemeyer em Brasília: Construção, Forma e Função Estrutural. 2007. Tese (Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2007.

FREIRE, J. M. Abordagem fenomenológica para estudos da patrimonialização: os patrimônios culturais. **PatryTer**, [S. l.], v. 2, n. 4, 2019. DOI: 10.26512/patryter.v2i4.22999. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/22999>. Acesso em: 08 set. 2021.

GONDAR, J. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 7, n. 13, 2008.

GUIMARÃES, L.; SOBRINHO, F. L. A. Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade - potencial para o desenvolvimento do turismo cultural. **Revista Múltipla**, Brasília, número 9, p. 225–243, dezembro, 2000.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. (Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro) 3. ed. Rio de Janeiro. DP&A, 1999.

HOLANDA, F. de. O mundo das miudezas: Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB. Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas. II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Natal, 18 a 21 de setembro de 2012. Disponível em: file:///C:/Users/marin/Downloads/FredericoHolanda_Artigo-PPCUB-2012.pdf. Acesso em: 10 de out. 2021.

HOLANDA, F. de. O mundo das miudezas: Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB. **Revista de Morfologia Urbana**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 5–13, 2017. DOI: 10.47235/rmu.v2i1.28. Disponível em: <http://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/28>. Acesso em: 20 set. 2021.

KUBITSCHEK, J. Por que construí Brasília. Bloch Editores, p. 44-45, 1975.

LÉVI-STRAUSS, C. L'anthropologie face aux problèmes du monde moderne. Paris: Éditions du Seuil, 2011.

MARTINS, S. S. A valorização do patrimônio de 'pedra-e-cal' em Brasília e o possível reflexo no incremento do turismo. 2015. 138 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26512/2015.07.D.18722>. Acesso em 26 set. 2021.

MELO, A.; CARDOZO, P. F. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. **Educação & Sociedade**, v. 36, p. 1059-1075, 2015.

MELO, A.; CARDOZO, P. F. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. **Educação & Sociedade**, v. 36, p. 1059-1075, 2015.

MORAES, D. R.; VERGINACI, D.; ANJOS, M. F. Construção de Brasília: A Identidade de Uma Nação. Anais do 14º Encontro Científico Cultural Interinstitucional, 2016.

OLIVEIRA, R. F. Patrimônio cultural, contribuição da teoria da Geografia a partir de Milton Santos. **PatryTer**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 281–296, 2020. DOI: 10.26512/patryter.v3i6.32273. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/32273>. Acesso em: 10 set. 2021.

OLIVEIRA, W. C. Urbanização do território como uma convergência de interesses no Distrito Federal, Brasil. **PatryTer**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 42–57, 2020. DOI: 10.26512/patryter.v3i5.25550. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/25550>. Acesso em: 19 set. 2021.

ORTIZ, Renato. Diversidade cultural e cosmopolitismo. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 73-89, 1999.

PERALVA, O. Brasília, patrimônio da humanidade: um relatório. Ministério da Cultura, Coordenadoria de Comunicação Social, 1988.

PERÉZ, X. P. Turismo cultural. Uma visão antropológica. Tenerife, Espanha: ACA y PASOS, RTPC, 2009.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PONTES, M. M. Zygmunt Bauman e o conceito de cultura. **OPSIS**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 425–429, 2014. DOI: 10.5216/o.v14i2.30731. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/30731>. Acesso em: 17 out. 2021.

PRATS, L. Antropología y Patrimonio. Barcelona: Ariel, 1997.

RODRIGUES, D. Patrimônio cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos. **Letras Escreve**, v. 7, n. 4, p. 337-361, 2018.

RODRIGUES, M. A. S. A BRASÍLIA DOS PIONEIROS. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2013.

SANTOS, R. S. D. O Encanto da Lagoa: O imaginário histórico-cultural como elemento propulsor para o turismo cultural na Lagoa Encantada. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Programa de Pós Graduação em Cultura e Turismo, UESC/UFBA, Ilhéus-Ba, 2004.

SILVA, E. P. Patrimônio e identidade. Os desafios do turismo cultural. **Antropológicas**, n. 4, p. 217-224, 2000.

SKIDMORE, T. Brasil: de Getúlio à Castelo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, M. A. A. de. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. **PatryTer**, [S. l.], v. 2, n. 4, 2019. DOI: 10.26512/patryter.v2i4.26485. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/26485>. Acesso em: 22 out. 2021.

TAVARES, J. C. Os projetos para Brasília e a construção da identidade nacional. SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, v. 6, p. 1-21, 2005.

TOMAZ, P. C. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7, n. 2, p. 1-12, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. 1928- T759Í. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/38>. Acesso em: 11 de out. de 2021.

TUZZO, S. A.; BRAGA, C. F. O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 4, n. 5, p. 140-158, 2016. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/38/31> . Acesso em: 11 de out. de 2021.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 3a edição. Porto Alegre: Bookman, 2005.

FONTES DOCUMENTAIS

DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009: aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal. Brasília, 2009.

DISTRITO FEDERAL. Projeto de Lei Complementar nº 52/2012. PPCUB. Disponível em:

<http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/consultaProposicao-8!52!2012!visualizar.action>

DISTRITO FEDERAL. Projeto de Lei Complementar nº 78/2013. PPCUB. Disponível em:

<http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/consultaProposicao-8!78!2013!visualizar.action>

DISTRITO FEDERAL. Projeto de Lei Complementar nº 78/2013. PPCUB. Disponível em:

<http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/consultaProposicao-8!78!2013!visualizar.action>

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal -Documento Técnico – Versão Final – Novembro/2009

Governo do Distrito Federal. GDF. Exposição do Arquivo Público do Distrito Federal: Comissões Cruls. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.arquivopublico.df.gov.br/exposicao-comissoes-cruls/>>. Acesso em 21, set. 2021.

ORTIZ, R. A moderna tradição brasileira - cultura brasileira e introdução cultural, p. 35-36, 2004.

Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - Documento Técnico – Versão Final, Nov/2009, p. 169

APÊNDICE A

20/10/2021 19:10

Formulário sobre Brasília e seu Patrimônio

Formulário sobre Brasília e seu Patrimônio

Este formulário tem por objetivo coletar dados para uma pesquisa de conclusão de curso em Turismo pela Universidade de Brasília.

1. Quantos anos você tem?

2. Qual seu nível de escolaridade

Marcar apenas uma oval.

- Ensino fundamental completo
- Ensino médio completo
- Ensino superior (incompleto ou completo)

3. Há quanto tempo você mora em Brasília?

Marcar apenas uma oval.

- Nasci e fui criado em Brasília
- Nasci em outro estado mas fui criado em Brasília
- Moro em Brasília há mais de 20 anos
- Moro em Brasília há mais de 10 anos
- Moro em Brasília há 5 anos ou menos

4. O que é cultura para você? (não há resposta correta)

Marcar apenas uma oval.

- Aquilo que vejo em museus, monumentos e livros
- Tudo o que é produzido pelo homem
- Aquilo que pode me representar ou representar um grupo social específico

5. O que é identidade para você?

Marcar apenas uma oval.

- Aquilo que me representa
- Apenas um documento de identificação
- Expressões, lugares, ritos ou religiões que podem identificar e unir um grupo social

6. Você sabe o que é turismo cultural?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

7. Se sim, explique de modo breve o que entende por turismo cultural

8. Qual tipo de símbolo brasileiro mais te representa?

Marcar apenas uma oval.

- Monumentos: Congresso Nacional, Catedral Metropolitana, Palácio da Alvorada, Museu JK...
- Festas: São João do cerrado, Criolina, Samba Urgente...
- Espaços públicos: Parque da cidade, Praça dos Cristais, Orla do Lago Paranoá...
- Plano Urbanístico: Prédio, ordenamento das quadras, arquitetura...
- Patrimônio Cultural: Comidas, rituais, danças, religiões...

9. Você sabe o que é o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB)

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Talvez

10. Se sim, explique de modo breve o que entende por PPCUB

11. Você se sente representado pela arquitetura e urbanização de Brasília?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

12. Você acha que o turismo cultural pode ter quais tipos de impacto sobre Brasília?

Marcar apenas uma oval.

- Bons: Desenvolvimento da economia, fortalecimento da cultura local, valorização da cultura local
 Ruins: Massificação do turismo, exploração dos recursos, enfraquecimento da cultura local, homogeneização cultural
 Não sei opinar

20/10/2021 19:10

Formulário sobre Brasília e seu Patrimônio

Google Formulários